

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 4/2018-PGJ, DE 20 DE MARÇO DE 2018.

Altera a Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010, que cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, o Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, GAEP, estabelece suas normas de atuação e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a necessidade de integrar novos membros ao Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, GAEP, especificamente o Promotor de Justiça com atribuição junto à 73ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, os Promotores de Justiça com atribuição junto à 3ª, 5ª, 6ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça de Três Lagoas, bem como os membros com atribuição junto à execução penal das comarcas de Caarapó, Coxim, Fátima do Sul, Ivinhema e Nova Andradina;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000926-1,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 20/2010-PGJ, de 9 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I – os Promotores de Justiça com atribuições junto à 22ª, 23ª, 50ª e 73ª Promotorias de Justiça da Comarca de Campo Grande;

(...)

V – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Caarapó;

VI – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Cassilândia;

VII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Corumbá;

VIII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Coxim;

IX – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Dois Irmãos do Buriti;

X – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Dourados;

XI – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Fátima do Sul;

XII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Ivinhema;

XIII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Jardim;

XIV – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da comarca de Naviraí;

XV – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Nova Andradina;

XVI – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Paranaíba;

XVII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Ponta Porã;

XVIII – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de Rio Brilhante;

XIX – o Promotor de Justiça com atribuições junto à Execução Penal da Comarca de São Gabriel do Oeste;

XX – os Promotores de Justiça com atribuições junto à 3ª, 5ª, 6ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça da Comarca de Três Lagoas.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 20 de março de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1029/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a escolha da comarca, manifestada em conformidade com o § 3º do artigo 45 da referida Lei,

R E S O L V E :

Promover o Promotor de Justiça Substituto Anthony Allison Brandão Santos, símbolo MP-21, para o cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância, símbolo MP-22, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Deodápolis.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1030/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, com prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá, a partir de 22.3.2018, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1027/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça da comarca de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 16.3.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3289/2017-PGJ, de 27.9.2017, que designou o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1028/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 23.3.2018, as férias do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1034/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu o 1º período de férias à Promotora de Justiça Juliana Nonato, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.4.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1032/2018-PGJ, DE 21.3.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 20.3.2018, a Portaria nº 2001/2017-PGJ, de 20.6.2017, que designou, em caráter temporário, o servidor Paulo Matias Guimarães, Técnico II, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material, CCDM, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1021/2018-PGJ, DE 20.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 5.3.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213/91, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1022/2018-PGJ, DE 20.3.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 19.3.2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 5º, inciso IV, e 7º da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1023/2018-PGJ, DE 20.3.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas, nos dias 22 e 23.3.2018, em razão de viagem a trabalho e compensação por participação em curso, respectivamente, da titular, *Christiane de Oliveira Landgraf Pinto*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 28 DE MARÇO DE 2018, ÀS 9 HORAS.****1. Processo da Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas:****1.1. Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003699-8**

Assunto: Proposta de denominação do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul de “Fadel Tajher Iunes”.

Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas: Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Presidente; Gilberto Robalinho da Silva, Membro; e Jaceguara Dantas da Silva, Secretária.

2. Assuntos Institucionais:**2.1. Apreciação do Relatório Anual das Atividades do Ministério Público do ano 2017.**

2.2. Memorando nº 0112/2017/SEPLANGE/PGJ/MPMS, de 1º.12.2017, informa que a Resolução nº 005/2014-PGJ criou a estrutura de Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para tanto, solicita a indicação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, de um representante, deste colegiado, para compor o Comitê de Gestão Estratégica, instituído pelo art. 4º da referida Resolução.

2.3. Referendar a Portaria nº 4305/2017-PGJ, de 13.12.2017, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, que foram usufruídas no período de 8 a 27.1.2018, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 28.1 a 6.2.2018.

2.4. Processo PGJ/10/4042/2017

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Diárias – Brasília-DF – dezembro.

2.5. Processo PGJ/10/4411/2017

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Diárias – Nova Alvorada do Sul/Naviraí/Itaporã – dezembro.

2.6. Processo PGJ/10/0046/2018

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Diárias – Fortaleza/CE – janeiro.

2.7. Processo PGJ/10/0224/2018

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Diárias – Dourados/Ponta Porã – janeiro.

2.8. Processo PGJ/10/0292/2018

Requerente: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Diárias – São Paulo/SP – fevereiro.

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios e comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos:****1.1.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002353-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000061-8.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001094-9.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000969-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000977-9.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002798-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000462-2.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001661-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001656-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001651-4.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 9/2015.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001314-0.

10. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002946-4.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 21/2017.

12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 3/2016.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 19/2012.
- Inquérito Civil nº 10/2014.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 9/2014.
- Inquérito Civil nº 5/2016.

15. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003662-1.

1.1.2. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002178-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002347-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000098-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000156-9.

2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000459-9.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000244-2.

4. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001796-8.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001029-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000197-6.

6. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001966-6.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000349-2.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000463-3.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003213-6.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001666-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001649-1.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001676-9.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Inquérito Civil nº 9/2016.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 9/2013.
- Inquérito Civil nº 7/2014.

1.1.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 46/2011.

- Inquérito Civil nº 70/2013.
- Inquérito Civil nº 112/2014.

2. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 14/2014.
- Inquérito Civil nº 18/2015.

1.1.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 21/2015.
- Inquérito Civil nº 35/2016.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

- Inquérito Civil nº 3/2015.
- Inquérito Civil nº 4/2015.
- Inquérito Civil nº 5/2015.
- Inquérito Civil nº 6/2015.

1.1.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002990-9.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 1/2017.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 10/2016.

4. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003202-5.

5. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001111-5.

6. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000133-2.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000439-9.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000418-8.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000244-2.

10. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 91/2013.

11. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 45/2013.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 10/2014.
- Inquérito Civil nº 10/2016.
- Inquérito Civil nº 17/2014.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001164-1.

1.1.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 3/2011.
- Inquérito Civil nº 10/2011.
- Inquérito Civil nº 13/2011.
- Inquérito Civil nº 16/2011.
- Inquérito Civil nº 23/2011.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001608-7.

3. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002226-0.

4. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004452-1.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000322-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000106-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001072-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001010-5.

6. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001014-9.

7. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001499-3.

8. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003193-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002825-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001245-8.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000125-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001292-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001048-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000156-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001296-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000369-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003141-5.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001589-9.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 19/2012.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001161-9.

12. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002879-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003025-0.

13. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 20/2014.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001195-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000421-4.

1.1.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002163-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002091-8.

2. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000280-9.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000383-7.
- Inquérito Civil nº 54/2015.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001471-6.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000134-7.

6. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001479-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000276-0.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 15/2017.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000350-4.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 14/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2015.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000464-4.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001091-6.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 24/2014.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 4/2016.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 7/2014.

1.1.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 20.3.2017, por ausência justificada da Relatora:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Inquérito Civil nº 1/2016.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002571-3.

2. Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001588-1.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001587-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 45/2014.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000028-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002135-0.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

- Inquérito Civil nº 10/2014.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002229-3.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000639-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000648-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000466-6.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001199-3.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001486-0.

12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000499-9.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000421-4.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001606-9.

15. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001395-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001292-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000823-2.

16. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000978-2.

17. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000021-8.

18. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000345-5.
- Inquérito Civil nº 50/2014.

19. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000148-7.

20. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002743-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000042-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002546-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004083-6.

21. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000083-7.

22. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001786-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003055-6.
- Procedimento Administrativo nº 34/2015.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000962-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003022-7.

23. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000374-4.

24. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 22/2015.

25. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 24/2012.

26. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Inquérito Civil nº 3/2017.

27. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 27/2015.

b. Expedientes:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 35/2011.
- Inquérito Civil nº 43/2011.
- Inquérito Civil nº 2/2014.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 17/2013.
- Inquérito Civil nº 5/2014.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 6/2012.

4. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002839-8.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000355-9

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000043-6.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001670-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001658-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001654-7.

8. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000912-0.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000219-7.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001633-6.

1.1.9. CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 7/2012.
- Inquérito Civil nº 3/2013.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 2/2015.
- Inquérito Civil nº 5/2016.
- Inquérito Civil nº 7/2016.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002184-0.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 31/2015.
- Inquérito Civil nº 33/2015.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001274-7.

4. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 45/2012.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002445-8.

6. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 32/2012.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000129-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002362-2.

7. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000476-2.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001958-8.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 9/2014.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000276-8.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000573-2.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001287-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001007-5.

13. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000629-7.

14. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000533-9.

15. 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004453-2.

16. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004322-2.

17. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001648-0.

18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000938-6.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Secretaria de Recursos Humanos:**

1. Memorando nº 061/2018-SRH/PGJ, de 9.3.2018, informa que estão à disposição do Conselho Superior do Ministério Público as provas escritas do XXVI Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público, no cargo de Promotor de Justiça Substituto, para os fins do parágrafo único do artigo 53, da Resolução nº 001/2015 – CSMP, de 28.4.2015, que fixa o Regulamento do referido Concurso.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000107-2**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerente: O município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na publicação de “errata” a qual inseriu dispositivo no art. 2º da Lei Municipal nº 5.607/2014, pelo Prefeito Municipal Alcides Bernal, sem o devido processo legislativo.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000976-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerente: A apurar

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente do derramamento de combustível no Auto Posto Casa Branca, Distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS.

3. Procedimento Preparatório nº 06. 2017.00000720-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto à violação aos ditames dos arts. 7º, § 5º e art. 15, §7, da Lei 8666/93, ante a recusa injustificada do recebimento de produtos do gênero alimentício que correspondem às especificações determinadas, no município de Laguna Carapã/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000894-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: VT Brasil Administração e Participação Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade denominada Isla Caiguê, localizada no município de Amambaí, mormente na verificação das licenças ambientais, da situação da área de reserva legal e de preservação permanente, e a presença de desmatamentos e processos erosivos na propriedade.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001460-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerente: Luciano Alves de Oliveira e Juari Perez Matheus da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, decorrente da utilização de área de reserva legal em regeneração, no Assentamento Angélica, situado no Município de Angélica, para criação de gado.

6. Inquérito Civil nº 20/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ab Forte Incorporações Ltda.

Assunto: Apurar eventual danos ambientais decorrentes de obras realizadas à margem da BR 163, KM 362/363.

7. Inquérito Civil nº 12/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Polícia Militar Ambiental da comarca de Porto Murtinho

Requerido: Elídio José Del Pino

Assunto: Apurar eventual uso de fogo em área agropastoril, sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, em duas áreas da fazenda 04 irmãos.

8. Inquérito Civil nº 9/2013

1ª Promotoria de Justiça do Idoso e das Pessoas com Deficiência da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Retificar os termos do TAC firmado no PeProv nº 003/2006/2ªPJCX, tendo por objeto promover a acessibilidade ao edifício-sede da Prefeitura Municipal para pessoas portadoras de deficiência, bem como acompanhar o seu integral e efetivo cumprimento.

9. Inquérito Civil nº 2/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Brotla

Assunto: Apurar a intensidade do dano ambiental praticado em Área de Preservação Permanente na fazenda Maragogipe, localizada neste município de Itaquiraí.

10. Inquérito Civil nº 53/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Pereira Mendes, sítio Canto do Sabiá

Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada sítio Canto do Sabiá, pertencente a Antônio Pereira Mendes, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da empresa Toposat Ambiental.

11. Inquérito Civil nº 3/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Igreja Batista Boas Novas

Assunto: Apurar a adequação do prédio da Igreja Batista Boas Novas desta Cidade para regularização de cultos e reunião de pessoas.

12. Inquérito Civil nº 7/2016

7ª Promotoria de Justiça Cível da comarca da comarca de Três Lagoas

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Banco do Brasil S.A

Requerido: Cartório de Registro de Imóveis de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual irregularidade em registro público imobiliário.

13. Inquérito Civil nº 2/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregulares e atos de improbidade e daí decorrentes, antes a permissão do Presidente da Câmara de vereadores de Paranhos-MS, em desacordo com as normas legais.

14. Inquérito Civil nº 12/2016

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar situação estrutural de estrada MS-435 que dá acesso à fazenda Laje Vermelha e outras propriedades na região do Areado, Distrito de São Gabriel do Oeste, e verificar possibilidade de reforma da via.

15. Inquérito Civil nº 24/2015 (Sigiloso)

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.

16. Inquérito Civil nº 8/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Bonito e Thiago Santin Caetano - ME

Assunto: Apurar eventual direcionamento do pregão presencial 021/2017 para pessoa jurídica Thiago Santin Caetano-ME.

17. Inquérito Civil nº 26/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental na cabeceira da ponte, à margem esquerda do córrego Fortaleza, entre os municípios de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso/MS, identificando os proprietários das áreas de terras em que está o processo erosivo, para, se for o caso, adotar medidas extrajudiciais e/ou judiciais, a fim de reverter o dano ambiental.

18. Inquérito Civil nº 06.2016.00000265-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de improbidade relacionada à interferência de servidor público no Sistema Único de Saúde para obtenção de exame, em possível tráfico de influência.

19. Inquérito Civil nº 06.2016.00000436-9

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar irregularidade consistente no recebimento de remuneração acima do teto constitucional pelos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Campo Grande.

20. Inquérito Civil nº 06.2017.00000389-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Kapital Viagens e Turismo LTDA ME

Requerido: Fundação Municipal de Cultura – FUNDAC

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto desvio de finalidade na concessão de passagem aérea para o Servidor E.P.F.M.

21. Inquérito Civil nº 06.2017.00000419-5

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Habitação – SEINTRHA (atual SISEP)

Assunto: Apurar supostas irregularidades consistentes em desvios de recursos destinados ao PROINC para contratação irregular de estagiários, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

22. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001413-8

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar se o péssimo estado de conservação do prédio em que funcionava a Casa de Acolhimento Laura Pinheiro causou algum prejuízo na política pública municipal de atendimento à infância, no município de Corumbá/MS.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000990-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar representação dando conta de possíveis práticas de ato de improbidade administrativa na Fundação de Cultura de São Gabriel do Oeste - FUNGAB, consistente em desvio de verba pública.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001166-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas invasões por terceiros pessoas à Escola Estadual Professora Cleuza Teodoro, em Pedro Gomes/MS.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001351-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da instalação de flutuantes no Rio Ivinhema, em Nova Andradina.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001642-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Artur BURGEL

Assunto: Apurar os fatos noticiados no Auto de Infração nº 009, série 845, oriundo do MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5. Inquérito Civil nº 28/2010

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em contratações de locação de veículo e prestação de serviço como motorista pelo município de Coxim.

6. Inquérito Civil nº 6/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Gilberto Garcia

Assunto: Apurar a existência de ato de improbidade administrativa do então Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS, José Gilberto Garcia, na doação de terrenos que compõe o “Conjunto Habitacional Funcionários Públicos”, criado pela Lei Municipal nº 906/2010.

7. Inquérito Civil nº 9/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Carlos Carmona Nunes e o município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio n. 67” do loteamento Sítio Santa Maria, pertencente a José Carlos Carmona Nunes, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

8. Inquérito Civil nº 41/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Marca 5, de propriedade de Edgar Carneiro Pinheiro

Assunto: Apurar danos ambientais ocorridos na “fazenda Marca 5”, decorrentes do corte de 12 árvores nativas sem a devida autorização legal ou dos órgãos ambientais.

9. Inquérito Civil nº 11/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim e Givanildo Freitas Cia Ltda. - ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes na contratação da empresa Givanildo Freitas Cia Ltda. - ME pela Prefeitura Municipal de Coxim através do Procedimento Licitatório nº 061/2015, na modalidade tomada de preço e improbidade administrativa daí decorrentes.

10. Inquérito Civil nº 14/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alcenir Martins Rezende - ME e o Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Alcenir Martins Rezende - ME pelo Poder Executivo do município de Alcinoópolis para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, por meio do Contrato nº 051/2011, decorrente do Pregão Presencial nº 017/2011, e do contrato nº 086/2011, decorrente do Pregão Presencial nº 037/2011.

11. Inquérito Civil nº 68/2013

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura Municipal de Dourados e a Secretaria Municipal de Administração

Assunto: Apurar eventual irregularidade na suspensão do conserto de ambulâncias e viaturas do SAMU determinada pela administração municipal.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001131-9**

67ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o motivo do possível atraso na entrega e na assinatura de contrato de unidades habitacionais de residencial construído pelo Município de Campo Grande e destinado a integrar o Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001466-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Amambai

Assunto: Apurar possível irregularidade concernente ao Processo Licitatório nº 037/2017, da Prefeitura Municipal de Amambai”.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001138-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no isolamento de áreas de preservação permanente na Fazenda Sinuelo, em Bandeirantes/MS.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001236-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual acúmulo ilegal de cargos pela funcionária pública

Maristela Jakelini de Lima, lotada nas Secretarias de Saúde dos municípios de Bandeirantes/MS e Jaraguari/MS.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001390-6**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Carlos Melo

Assunto: Averiguar eventual prática de assédio moral perpetrado pelo servidor público municipal João Carlos Melo.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000129-0

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Promover e acompanhar a implementação dos Projetos “MPEDUC - Ministério Público Pela Educação” e “PROCEV - Promotoria Contra Violência e Evasão na Escola”, no Município de Chapadão do Sul.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000840-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chic Dog Estética Animal Eireli - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do estabelecimento denominado CHIC DOG - VETERINÁRIA, em Dourados/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000978-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Alves de Souza

Assunto: Apurar a ocorrência de atividade ilegal de carvoejamento no lote 363, do assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000990-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na construção e não entrega da obra da UBS do Bairro Sírío Libanês.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000994-2

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, no desconto de salário dos servidores administrativos da Rede Municipal de Educação que aderiram à greve no ano de 2016.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001227-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da instalação de rede transmissora de energia elétrica na Rua Balbina de Matos, entre as ruas Oliveira Marques e Manoel Santiago.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001517-7

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Letícia de Oliveira Praeiro

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução de serviços de "tapaburacos" realizados por empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, voltados à recuperação/manutenção da Rua Pedro Celestino, no trecho compreendido entre a Avenida Mato Grosso e a Rua Antônio Maria Coelho, nesta Capital.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000218-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a legalidade de dispositivos contidos na Lei Complementar 121/2007, do Município de Dourados, mormente no que tange a exigências que, em tese, configurariam regramento de natureza militar aos agentes da Guarda Municipal de Dourados, violando preceitos da legislação federal de regência.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000482-9

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta falta de escolta policial no Instituto Penal de Campo Grande para transportar o interno R. R. de P. para a realização de consulta médica fora das dependências do presídio.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000624-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Centro de Vídeo Monitoramento de Campo Grande, que estaria em desacordo com o art. 10 do Decreto nº 12674, de 1º de julho de 2015.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001440-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no serviço público de saúde prestado aos moradores do Assentamento Estrela, em Jaraguari/MS.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00001206-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Brasilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Brasilândia, ante a inobservância da Lei de Acesso à Informação.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001305-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual descumprimento à Lei n. 1947, de 11 de novembro de 1.963, a qual versa sobre a criação do Município de Bandeirantes/MS.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002008-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Câmara Municipal de Anaurilândia

Requerido: Adolfo Casado Filho

Assunto: Apurar eventual prática de função atípica ao cargo pelo atual Vice-Prefeito do Município de Anaurilândia, consistente na realização de serviços de limpeza com uma máquina retroescavadeira.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000858-0.**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Joaquim Bento Soares.

Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazendão Santo Antônio, de propriedade de Joaquim Bento Soares.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000879-1

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Big Gás

Assunto: Apurar suposta venda de GLP em desacordo com a legislação pertinente, praticado pela empresa J.E. MACHADO COMÉRCIO DE GÁS EPP (BIG GÁS).

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001225-1

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Asilo "Lar Jeferson Leandro Elias do Prado"

Assunto: Apurar eventual ofensa aos direitos fundamentais do idoso, ante possível irregularidade na retenção e utilização dos benefícios previdenciários e/ou assistenciais dos idosos acolhidos, consubstanciada na suposta ausência de contratação de profissionais técnicos necessários à cúria da saúde e bem-estar dos acolhidos.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002349-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Asilo "Lar Jeferson Leandro Elias do Prado"

Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda São Francisco, de propriedade de Francisco Albuquerque Cavalcante.

5. Inquérito Civil nº 2/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fábio Faria Miranda e o município de São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar a regularidade do pedido de desmembramento da Chácara 02, Quadra 06, com área total de 7.950,00 m², do Loteamento Santa Luzia I, objeto de matrícula nº 14.689 do CRI de São Gabriel do Oeste, no que concerne à infraestrutura básica.

6. Inquérito Civil nº 1/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar omissão da Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS, em repassar ao Poder Executivo Municipal, as parcelas referentes aos débitos de contribuições previdenciárias do INSS, relativas aos servidores da Câmara Municipal, e possíveis atos de improbidade administrativas daí decorrentes.

7. Inquérito Civil nº 64/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades apontadas no expediente protocolado por José Aparecido Pereira dos Santos.

8. Inquérito Civil nº 24/2015

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: C. Cardoso Barbosa - ME e o município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório, modalidade Pregão nº 006/2015, tendo em vista que a empresa vencedora, em tese, não existe, bem como os valores ofertados para execução do contrato se mostraram menores do que os praticados pelo mercado.

9. Inquérito Civil nº 4/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odair José Gaiari

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Laguna Ita, de propriedade do Sr. Odair José Gaiari.

10. Inquérito Civil nº 27/2015

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Municipal nº 789/2015 pelas agências bancárias instaladas no município de Ribas do Rio Pardo/MS.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001498-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Via Varejo S/A (Casas Bahia)

Assunto: Apurar eventual violação à legislação consumerista, pelo estabelecimento comercial denominado “Casas Bahia”, no que diz respeito à publicidade do prazo de troca de produtos que apresentassem defeitos técnicos.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.3.2018, por ausência justificada da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000613-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão de licença parcial para estudos, em favor do servidor Mateus Boldrine, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.3.2018, por ausência justificada da Relatora.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000762-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Edson Stefano Takazono e Maria Antônia Tosta

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa na gestão do ano de 2011 do Prefeito Edson Stefano Takazono, em virtude de vícios administrativos apontados na manifestação nº 01.2017.00002980-9 da Ouvidoria

MPMS, em relação ao Procedimento Licitatório Carta Convite nº 07/2011.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.3.2018, por ausência justificada da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000502-4

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento de energia elétrica pela concessionária ENERGISA S/A.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.3.2018, por ausência justificada da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000965-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Executivo Municipal de Bandeirantes, ante o requerimento de informações feito pela Câmara Municipal de Bandeirantes.

Retirado de pauta na reunião do dia 20.3.2018, por ausência justificada da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2015.00000094-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Levy Campanha de Souza

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado por queimada, decorrente da atividade de carvoejamento, atingindo 56ha de pastagens, na propriedade denominada Fazenda Felicidade, de propriedade de Levy Campanha de Souza.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000255-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Rudson Pedroso de Lima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente do edital do concurso da AGEPE/MS, no que concerne à restrição para quem possui qualquer tipo de tatuagem, o que seria abusiva e prejudicaria vários candidatos.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001281-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Sebastião Marcos de Oliveira

Requerido: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta infringência à Lei de Acesso à Informação pela Secretaria Estadual de Educação/MS, ao não atender o requerimento protocolado por Sebastião Marcos de Oliveira, que requereu cópia do processo licitatório referente a uma obra na E. E. Neyder Suelly Costa Vieira.

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00000310-4

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades ambientais e urbanísticas, consistentes em obra de drenagem e pavimentação asfáltica pendentes de acabamento há mais de 01 (um) ano e meio, que tem ocasionado alagamento de residências na Rua Ataíde de Souza Leitão, no bairro Estrela Porã, em Dourados/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2016.00001241-4

Procuradoria-Geral de Justiça

Requerente: Luciane Zacarias Martins Flores

Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ilegalidade decorrente da não previsão de vagas para o cargo de Enfermeiro no Edital nº 01/2016 do Concurso Público da Assembleia Legislativa.

11. Inquérito Civil nº 06.2016.00001477-8

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca Cola FEMSA

Assunto: Apurar a responsabilidade civil da empresa SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca Cola FEMSA quanto à venda de mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00000189-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de possível violação às normas urbanísticas de postura municipal e ambientais em razão da prática de poluição sonora pelo abuso na utilização de instrumentos sonoros em residência localizada na Rua Carlos Augusto Pissini Sobreiro, Bairro Ferroviária II, em Ponta Porã/MS.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00001605-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Rio Verde do Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dinalva Gomes Viana

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo noticiada em denúncia apócrifa registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul sob o nº 11.2017.00002884-2.

14. Inquérito Civil nº 8/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Alves Ferreira

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação na modalidade Carta Convite nos procedimentos nº 13/2010 para contratação da empresa Retífica de Motores Beira Rio Ltda., e nº 22/2010 para contratação da empresa Instituição Soler de Ensino, por ausência de número mínimo de convidados; e na fragmentação indevida para contratação do mesmo serviço no procedimento nº 06/2010 para contratação da empresa A.A.C.E, Auditoria e Consultoria Empresarial Ltda., e no procedimento nº 07/2010 para contratação da empresa L. Contabilidade Ltda.

15. Inquérito Civil nº 3/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Coligação “Amor, Ordem e Progresso”

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de suposto prejuízo aos cofres do Município de Aquidauana nos autos de execução fiscal que lhe move o Banco Santos S/A, em decorrência de acordo entre as partes litigantes.

16. Inquérito Civil nº 36/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Idelfonso Lucas Gessi

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado “Poço do Jau” de propriedade de Idelfonso Lucas Gessi, localizado no município de Nioaque/MS, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes, Projeto Rio Miranda.

17. Inquérito Civil nº 1/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Winner Manager

Assunto: Apurar possível prática de pirâmide de Ponzi.

18. Inquérito Civil nº 13/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar a falta de repasse dos valores descontados em folha para pagamento de empréstimos contraídos por servidores municipais junto a instituições financeiras, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

19. Inquérito Civil nº 18/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Cantarelli

Assunto: Apurar a existência de possíveis irregularidades na propriedade rural denominada fazenda Juma, localizada no município de Coxim-MS, tendo em vista a constatação de um desmatamento de 650,00 hectares.

20. Inquérito Civil nº 18/2015

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aguilera de Souza e a Secretaria Municipal de Assistência Social

Assunto: Apurar eventual irregularidade na suposta contratação do professor Renan Aparecido Mota da Silva, para lecionar junto ao PETI Indígena de Dourados.

21. Inquérito Civil nº 9/2015 - (SIGILOSO)

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Inocência

22. Inquérito Civil nº 15/2014

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Andradina/MS - Assunto: Apurar a regularidade de funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial do Município de Nova Andradina/MS.

23. Inquérito Civil nº 20/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e as condições de funcionamento do EPP'S (Equipe de Saúde da Família) do município de Angélica/MS.

2.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:

1. Recurso Administrativo em Notícia de Fato nº 01.2018.00000042-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Recorrente: José Mauro Quijada

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2018.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. Processos com pedido de prorrogação de prazo:

1. Inquérito Civil nº 9/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio da Cunha Barbosa

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade conhecida como Fazenda Jaciara, de propriedade de Silvio da Cunha Barbosa, especialmente o possível desmatamento sem autorização legal, bem como possível desmatamento sem autorização legal, bem como possível degradação de área de preservação permanente e existência de reserva legal.

Relator Conselheiro Belmires Soles Ribeiro

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA JACIARA”, ESPECIALMENTE O POSSÍVEL DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL, BEM COMO POSSÍVEL DEGRADAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E EXISTÊNCIA DE RESERVA LEGAL –PRORROGAÇÃO PELO PRAZO DE 1(UM) ANO. Compulsando os autos, verifica-se a necessidade de continuar as investigações, haja vista a necessidade de se aguardar resposta ao Ofício nº 1036/2017 encaminhado ao IMASUL, no qual foram solicitadas as seguintes informações: 1)Existem práticas de conservação do solo na área supostamente desmatada ou há registros de erosão ou outros danos ao solo? 2)Havendo registro de erosões ou outros problemas de degradação do solo, está sendo realizado o emprego de técnicas corretas de manejo visando amenizar, diminuir ou acabar com tais danos? 3)Qual atividade desenvolvida na propriedade em questão? Tal atividade causa degradação no solo? 4) Caso não seja possível a recuperação da área, seria possível quantificar o dano ao meio ambiente? Qual o valor desse dano para fins de compensação ambiental? 5)Outros quesitos de interesse da perícia que auxiliarão na recuperação do dano ambiental. Assim, com base no despacho fundamentado pela Promotoria de origem, excepcionalmente, prorroga-se o prazo desses autos pelo período de 01 (um) ano, com fundamento na Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, com Redação dada pelo artigo nº 61 da Resolução 14/2017, de 18 de dezembro de 2017.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho aprovou a prorrogação de prazo pelo período de 01 (um) ano, nos termos do voto do Relator.

2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 18/2013

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de maus tratos, em crianças e adolescentes abrigados, por parte dos cuidadores do Lar da Criança e do Adolescente Aureliano Martins Alves.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS – APURAR A EXISTÊNCIA DE MAUS-TRATOS AOS ABRIGADOS NA CASA LAR AURELIANO MARTINS ALVES - DILIGÊNCIA ENCETADAS – AUSÊNCIA DAS IRREGULARIDADES DENUNCIADAS – COMPORTAMENTO AGRESSIVO DOS PRÓPRIOS INFANTES - DIREITOS PRESERVADOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Da análise detida dos documentos acostados aos autos, restou demonstrado a ausência das irregularidades denunciadas, vez que as agressões apresentadas resultaram de uma briga (rebelião) ocorrida entre os próprios menores dentro da instituição, não havendo qualquer conduta irregular por parte dos funcionários a ser perseguida ou investigada pelo órgão ministerial. Desse modo, estando comprovada a ausência de irregularidades, o arquivamento do presente procedimento é medida que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 29/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Aplic Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade na empresa Aplic Aviação Agrícola Ltda., consistente no uso, produção, consumo, comércio, aplicação aérea e o armazenamento de agrotóxicos e fertilizantes, desprovidos de licença ambiental.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – IRREGULARIDADES JURÍDICO- AMBIENTAIS - APLIC AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 091/2013 – IMAM - VIGÊNCIA ATÉ DEZEMBRO DE 2018 – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Estando comprovado nos autos que a empresa Aplic Aviação Agrícola Ltda, obteve a Licença

Ambiental de Operação e Funcionamento junto ao órgão competente, bem como comprovou que vem exercendo suas atividades apenas no município de Dourados, resta evidente a perda do objeto, impondo-se para tanto a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001133-7

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de possível ocorrência de dano ambiental consistente em intervenção em área de preservação permanente do córrego Rego D'Água, com instalação de loteamento entre as ruas Itamarati e Leônidas Alem, Bairro Vila Adelina, em Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR NOTÍCIA DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO REGO D'ÁGUA, COM INSTALAÇÃO DE LOTEAMENTO ENTRE AS RUAS ITAMARATI E LEÔNIDAS ALEM, BAIRRO VILA ADELINA, EM DOURADOS/MS AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA NO QUE TANGE À OBTENÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA Nº1299/2017 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que as irregularidades ambientais que consistiam em intervenção em área de preservação permanente do Córrego Rego D'Água, com instalação de Loteamento entre as ruas Itamarati e Leônidas Alem, Bairro Vila Adelina, em Dourados/MS, não foram comprovadas, porém, restou demonstrada a execução de obras de drenagem de águas pluviais desprovidas de licença, tendo sido tal irregularidade devidamente sanada, com a consequente obtenção da Licença de Instalação n 32.533/2016. Por fim, no que tange às medidas criminais cabíveis à espécie, constatou-se o registro do Boletim de Ocorrência nº 5547/2017/1DP-Ddos, bem como a instauração do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 1299/2017. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001329-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de assessoria jurídica pelo funcionário do Tribunal de Contas do Estado, Márcio Lolli Guetti, a algumas Prefeituras do interior do Estado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ASSESSORIA JURÍDICA PELO FUNCIONÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (M.L.G.), A ALGUMAS PREFEITURAS DO INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - DENÚNCIA ANÔNIMA COM DADOS INCOMPLETOS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Nesse sentido, depreende-se dos autos que a denúncia anônima que deu ensejo ao presente Inquérito Civil não trouxe elementos suficientes que permitam a apuração dos fatos. Isso porque a acusação inicial foi escassa de detalhes, limitando-se a relatar que o referido que funcionário do Tribunal de Contas do Estado, estaria prestando assessoria jurídica para algumas prefeituras do interior do Estado, dentre elas, a Prefeitura de Aquidauana. Às fls. 46/47, a Prefeitura Municipal informou que não há qualquer registro em seu banco de dados de que referido servidor estaria prestando serviço para a Administração Municipal. Além disso, não foi possível verificar improbidade administrativa no caso narrado pelo denunciante anônimo ante a superficialidade do relato, não restando verificado ato que atenta dolosamente contra os princípios da Administração Pública, tampouco enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário. Diante do exposto, resta inviável dar continuidade à apuração do objeto destes autos, ante a impossibilidade de direcionar as investigações, tendo em vista a ausência de elementos na denúncia inicial, não sendo constatada qualquer irregularidade durante as investigações. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000808-0

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Figueirão

Assunto: Apurar eventual omissão no fornecimento de transporte escolar aos alunos da zona rural do Município de Figueirão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL OMISSÃO NO FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR AOS ALUNOS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO/MS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a constatação de uncionamento regular no transporte escolar do Município de Figueirão/MS. No decorrer das investigações, constatou-se que o veículo “Kombi” foi utilizado provisoriamente para transporte dos alunos em questão durante o conserto do ônibus escolar, o qual ocorreu no prazo máximo de dez dias, bem como que na estrada por onde passam os ônibus escolares, foram instalados 07 mata-burros, patrolamento e cascalhamento, e construção da Ponte sobre o Rio Piraputanga. Outrossim, com relação ao registro realizado, relatando a utilização de um trator para transporte dos alunos, restou informado que tal fato está sendo apurado pela Administração. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 1/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a existência e eficiência do sistema de drenagem dos Loteamentos Jardim Noroeste, Jardim Nova Serrana e Serravile, no Bairro Noroeste, em Campo Grande-MS, bem como os respectivos impactos ambientais causados no Córrego São Bernardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA E EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE DRENAGEM DOS LOTEAMENTOS JARDIM NOROESTE, JARDIM NOVA SERRANA E SERRAVILE, NO BAIRRO NOROESTE, BEM COMO OS RESPECTIVOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS NO CÓRREGO SÃO BERNARDO, EM CAMPO GRANDE/MS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS COMPETENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, ante a ausência de justa causa para a continuidade das investigações, uma vez que restou demonstrado que as providências quanto às obras de pavimentação e drenagem nos Loteamentos Jardim Noroeste, Jardim Nova Serrana e Serravile, no Bairro Noroeste estão sendo efetuadas pelos órgãos públicos competentes conforme disponibilidade financeira e dentro de suas possibilidades. Ademais, apesar de constatada a existência de erosões no local, as quais foram causadas pela ocupação urbana sem infraestrutura, verificou-se que o Córrego São Bernardo não foi atingido pelos sedimentos decorrentes das erosões, estando a nascente bem preservada e a área de preservação permanente íntegra. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 2/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo José Bernardes Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural de propriedade de Eduardo José Bernardes Filho, bem como para adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA VISTA ALEGRE, BEM COMO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES, EM IVINHEMA/MS – NECESSIDADE DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – EXISTÊNCIA DE PRADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve efetivos danos ambientais perpetrados pelo requerido, não existindo nos autos a constatação de sua integral reparação, sendo irrelevante a inscrição no CAR/MS, que visa somente à regularização jurídico-ambiental do imóvel rural quanto às áreas de reserva legal. Desse modo, voto pela não homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização da diligência sugerida.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para realização da diligência sugerida no voto do Relator.

2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 78/2013**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na delegação de permissão para execução do serviço público de transporte individual de passageiros (táxi) no município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA PERMISSÃO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS (TÁXI) - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades na delegação e permissão para execução do serviço público de transporte individual de passageiros (táxi) no Município de Campo Grande. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram insuficientes para solucionar o objeto do presente procedimento, subsistindo motivos, portanto, para a continuidade das investigações, mormente ante a necessidade de apurar eventual prática de ato ímprobo no âmbito da Concorrência nº 001/2011 e nos contratos dali oriundos, bem como a análise dos elementos de informações colhidos nos autos da investigação realizada pela Câmara Municipal de Campo Grande, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objeto consistia em apurar as irregularidades na concessão de alvarás para exploração de serviços de táxi, bem como os motivos da concentração de autorizações a determinados indivíduos e famílias. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das diligências sugeridas no voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 11/2015

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e José Carlos Herculano Gonçalves

Requeridos: Braúlio Valenzuela, Eliane Céspedes, Elpídio Vilhalba, Everton Resende Cerdeira, Juliane da Silva Santos, Luciana Gonçalves Valenzuela, Luzinete Ferreira dos Santos, Paulo Fonseca Ardeira, Taisnara Pereira da Silva

Assunto: Apurar ilícito ambiental, consistente na invasão de Área de Preservação Permanente - APP, localizada no bairro Campo Dourado, em Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível ilícito ambiental consistente na invasão de Área de Preservação Permanente (APP), localizada no Bairro Campo Dourado. 2. As diligências empreendidas neste procedimento foram suficientes para elucidar e solucionar a questão, tendo em vista que, após a intervenção do Ministério Público Estadual, o Município de Dourados promoveu medidas administrativas e, também, em âmbito judicial, mediante a Ação de Reintegração de Posse nº 0807668-80.2017.8.12.0002, para retirar os moradores que ocupavam irregularmente a área de preservação permanente existente no Bairro Campo Dourados. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 20/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Roberto Albertoni e outras

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência de desmatamento de 4,08 hectares de vegetação nativa sem licença ambiental no imóvel rural denominado fazenda Terra Santa, situado neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE DESMATAMENTO – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possíveis danos ambientais em consequência de desmatamento de 4,08 hectares de vegetação nativa sem licença ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Terra Santa. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constando-se a tomada de medidas para o cercamento das áreas de proteção, a inscrição da propriedade no CAR-MS, aliada a ausência de constatação de irregularidades jurídico-ambientais na propriedade, consoante aponta Relatório de Vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 6/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos da programação 0106 – Execução Financeira da Atenção Básica transferidos do Fundo Nacional de Saúde à conta específica do bloco de financiamento no período de 01/01/15 a 30/06/16.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE – VERBAS ORIUNDAS DA UNIÃO – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na aplicação dos recursos da programação 0106 – Execução Financeira da Atenção Básica transferidos do Fundo Nacional de Saúde à conta específica do bloco de financiamento de 01/01/15 a 30/06/2016. 2. Declínio de atribuição para o Ministério Público Federal, eis que o objeto deste procedimento trata de suposta malservação de verbas federais, portanto, nos termos do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, é matéria cuja competência para julgar recai sobre a Justiça Federal. 3. Declínio de atribuição homologada.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 6/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual atraso de repasse dos honorários devidos aos médicos prestadores de serviço na Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – REPASSE DE HONORÁRIO MÉDICOS — REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual atraso de repasse dos honorários devidos aos médicos prestadores de serviço na Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente procedimento, tendo em vista que, após a intervenção do Parquet, houve a comprovação do repasse das verbas inerentes aos honorários dos médicos da Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba, consoante ordens de pagamento, notas de empenho e notas de liquidação acostadas aos autos (f. 133-197), bem como a comunicação da própria entidade de assistência à saúde (f. 208-209). Esgotando, portanto, o objeto do presente procedimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 16/2015

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de eventual violação à liberdade individual e a dignidade de moradores de rua em Ribas do Rio Pardo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — RIBAS DO RIO PARDO - SUPOSTA VIOLAÇÃO À LIBERDADE INDIVIDUAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – CONSTATADA A INCONSISTÊNCIA DA DENÚNCIA QUE ENSEJOU O PROCEDIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a denúncia de eventual violação à liberdade individual de moradores de rua em Ribas do Rio Pardo. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, eis que as provas colhidas nos autos acabaram por infirmar o alegado na denúncia que deu ensejo a investigação, não restando confirmada a possível violação à liberdade individual e à dignidade dos moradores em situação de rua do município de Ribas do Rio Pardo. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 8/2015

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Yuri Farias Kintschev e outros

Assunto: Apurar eventual desídia por parte de autoridades dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pela

fiscalização de transgressões à legislação ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR SUPOSTA DESÍDIA DE AUTORIDADES – - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – INOCORRÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual desídia por parte de autoridades dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pela fiscalização de transgressões à legislação ambiental. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, verifica-se que os órgãos responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos realizaram todas as medidas administrativas cabíveis ao caso, expedindo notificações (f. 116-117, 264-265 e 302), infrações (f. 118 e 303), promovendo a interdição total do estabelecimento transgressor da legislação ambiental (f. 215), bem como negando a concessão de alvará de funcionamento ao empreendimento (f. 297-298). Fatores que afastam, portanto, a suposta postura omissiva apta a ensejar a prática de improbidade administrativa. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 9/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ouvidoria do MPE

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada por servidor da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTO USO DE MAQUINÁRIOS PARA FINS PARTICULARES – REALIZAÇÃO DE COBRANÇA PELOS SERVIÇOS PRESTADOS – PRECEITOS DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível irregularidade praticada por servidor da Prefeitura de Sidrolândia, decorrente do uso de maquinários para a realização de limpeza em imóveis particulares. 2. As diligências realizadas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo em vista que a Prefeitura de Sidrolândia, acatando a orientação do órgão de execução, determinou a elaboração de lista para atender os pedidos de efetivação de limpeza em terrenos particulares (f. 70), além de promover a respectiva cobrança pelos serviços prestados (f. 121-122). Observando-se, portanto, o disposto no artigo 35, parágrafo único, do Código de Posturas Municipais. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 11/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel dos Santos Viais, Prefeito Municipal de Caracol

Assunto: Apurar prática de improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Caracol, por não disponibilizar estrutura mínima de trabalho para o Conselho Tutelar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – FALTA DE ESTRUTURA MÍNIMA DE TRABALHO EM CONSELHO TUTELAR – PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO – ADEQUAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar prática de improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Caracol, por não disponibilizar estrutura mínima de trabalho para o Conselho Tutelar. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando que, após a intervenção do Parquet, a Prefeitura de Caracol sanou todas as inadequações estruturais outrora encontradas no Conselho Tutelar Municipal, oportunizando a melhoria nas condições laborais para o pleno funcionamento do órgão, consoante Relatório de Vistoria n. 5/2017, elaborado por servidor da Promotoria de Justiça de Bela Vista (f. 177-183). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 4/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão de vantagens e gratificações a servidores da Câmara Municipal de Paranaíba, bem como apurar eventual existência de funcionários fantasmas no órgão legislativo municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE VANTAGENS E GRATIFICAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS – DILIGÊNCIAS

SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na concessão de vantagens e gratificações aos servidores da Câmara Municipal de Paranaíba. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para elucidar e solucionar o objeto deste procedimento, constatando-se que os servidores apontados na denúncia efetivamente desempenharam suas funções na Câmara Municipal de Paranaíba, além de fazerem jus à percepção das gratificações amparadas na Lei Municipal n. 1.688/2010. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 16/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Carlos de Oliveira

Assunto: Apurar a notícia de prática de infração ambiental por Francisco Carlos de Oliveira, na propriedade rural denominada "Fazenda Canta Galo", em Coxim-MS, consistente em utilizar área considerada de preservação permanente com infringência das normas de proteção.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - RESOLUÇÃO 15/2009/PGJ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a notícia de prática de infração ambiental por Francisco Carlos de Oliveira, na propriedade rural “Chácara Canta Galo”, em Coxim, consistente em utilizar área considerada de preservação permanente com infringências às normas de proteção. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências as apontadas nos artigos 33 a 43 da Resolução n. 15/2007/PGJ, bem como a instauração de Procedimento Administrativo para análise do seu efetivo cumprimento, conforme artigo 39 da Resolução 15/2009/PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 27/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual desídia da Prefeitura Municipal de Coxim na manutenção e preservação da Estrada do Pantanal, em especial suas pontes, tendo em vista o trânsito de caminhões acima do peso suportado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ESTRADA E PONTES – TRÂNSITO DE CAMINHÕES ACIMA DO PESO SUPORTADO – MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual desídia da Prefeitura Municipal de Coxim na manutenção e preservação da Estrada do Pantanal, em especial suas pontes, tendo em vista o trânsito de caminhões acima do peso suportado. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, porquanto, após a intervenção do Parquet, a Prefeitura de Coxim promoveu a recuperação e sinalização da estrada e pontes existentes na região da Estrada do Pantanal, consoante fotografias juntadas aos autos (f. 36 e 45-48) e declarações consignadas pelo servidor de apoio da Promotoria de Justiça de Coxim (f. 44). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 16/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira/MS

Assunto: Fiscalizar a criação e implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e de outras leis correlatas, pelo município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - RESOLUÇÃO 15/2009/PGJ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar fiscalizar a criação e implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e de outras leis correlatas, pelo município de Aral Moreira. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto

do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências as apontadas nos artigos 33 a 43 da Resolução n. 15/2007/PGJ, bem como a instauração de Procedimento Administrativo para análise do seu efetivo cumprimento, conforme artigo 39 da Resolução 15/2009/PGJ.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 24/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Município de Coxim e a Potência Comércio e Serviços de Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Assunto: Apurar suposta retenção indevida e/ou desvio de aparelhos de uso da saúde pública municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — SUPOSTA RETENÇÃO INDEVIDADE DE APARELHOS DE SAÚDE – INOCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar retenção indevida e/ou desvio de aparelhos de uso da saúde pública municipal. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constatando-se a inexistência de irregularidade, pois, ante a inviabilidade de reparação, os aparelhos médicos/odontológicos foram devolvidos ao Poder Público para descarte, aliada a notícia de que os cidadãos estão sendo regularmente atendidos por intermédio de convênios firmados com clínicas particulares, mediante verbas federais repassadas pelo Fundo de Ações e Estratégias e Compensação (FAEC) (f. 137-138).

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 6/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação de Cultura Esporte e Lazer de Rio Brilhante - FUNCERB

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Ninho da Águia, localizado na cidade de Rio Brilhante/MS, o qual será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITO DO CONSUMIDOR – SEGURANÇA DOS TORCEDORES NO ESTÁDIO NINHO DA ÁGUIA – REGULARIDADE COMPROVADA – TÉRMINO DO CAMPEONATO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Ninho da Águia, localizado na cidade de Rio Brilhante/MS, o qual será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2017. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando o término do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol de 2017 e a constatação de que os jogos realizados no Estádio “Ninho da Águia” ocorreram em datas em que se detinham os Laudos necessário e válidos para tal desiderato. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 36/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Instituição Financeira Crefisa S/A

Assunto: Apurar indícios de cobrança na Tarifa de Confecção de Cadastro - TCC, na realização de uma nova operação de clientes que já possuíam um contrato de crédito vigente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITO DO CONSUMIDOR – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DE TARIFA DE CONFECÇÃO DE CADASTRO (TCC) – INEXISTÊNCIA DE RECLAMAÇÕES PERANTE O PROCON-MS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS À COLETIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar indícios de cobrança na Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC), na realização de uma nova operação de clientes que já possuíam um contrato de crédito vigente. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, ante a inexistência de reclamações no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à cobrança indevida de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) em face da Instituição Financeira CREFISA S/A (f. 286-353), restando evidente, portanto, a ausência de dano à coletividade de consumidores. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17.Inquérito Civil nº 35/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Instituição Financeira BV

Assunto: Visando apurar indícios de cobrança na Tarifa de Confecção de Cadastro - TCC, na realização de uma nova operação de clientes que já possuíam um contrato de crédito vigente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DIREITO DO CONSUMIDOR – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DE TARIFA DE CONFECÇÃO DE CADASTRO (TCC) – INEXISTÊNCIA DE RECLAMAÇÕES PERANTE O PROCON-MS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS À COLETIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar indícios de cobrança na Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC), na realização de uma nova operação de clientes que já possuíam um contrato de crédito vigente. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, ante a inexistência de reclamações no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à cobrança indevida de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) em face da Instituição BV Financeira (f. 162-170 e 173-223), restando evidente, portanto, a ausência de dano à coletividade de consumidores. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18.Inquérito Civil nº 19/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa consistente na contratação irregular de servidor pela câmara municipal de Iguatemi/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR – INOCORRÊNCIA – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na contratação irregular de servidor pela câmara municipal de Iguatemi. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, eis que a vinculação do denunciante Generoso de Souza Dias ao quadro de funcionários da Casa de Leis de Iguatemi se deu por equívoco do escritório de contabilidade Transcontec que prestava serviços à Câmara Municipal, considerando a inclusão do número do PIS do denunciante Generoso de Souza Dias, que já havia sido atendido pelo escritório contábil, no lugar onde deveria constar o número relativo à servidora Thassia Tartari. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19.Inquérito Civil nº 25/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Para elucidar, em toda a extensão, a irregularidade no contrato de prestação de serviço entre a empresa H2L Equipamentos e Sistemas Ltda., e o município de Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR A REGULARIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATO ADMINISTRATIVO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade na concessão de vantagens e gratificações aos servidores da Câmara Municipal de Paranaíba. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para resolver e solucionar o objeto do procedimento em análise, tendo sido constatado que o procedimento licitatório e a execução do contrato administrativo pertinente obedeceram aos preceitos da Lei nº 8.666/93. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20.Inquérito Civil nº 42/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade e precariedade na infraestrutura do estabelecimento governamental do município de Itaporã destinado ao acolhimento institucional 'abrigo municipal' o que viola os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta das crianças e adolescentes que ali se abrigam.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL — APURAR IRREGULARIDADES NA INFRAESTRUTURA DE ABRIGO MUNICIPAL – MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta irregularidade na infraestrutura do estabelecimento governamental do Município de Itaporã destinado ao acolhimento institucional “abrigo municipal”. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando que, após a intervenção do Parquet, a Prefeitura de Itaporã empreendeu medidas que oportunizaram a melhora no atendimento dos menores abrigados na Unidade de Acolhimento Municipal, restando sanadas as irregularidades inicialmente apontadas pela Assistente Social Zilma Espírito Santo de Almeida. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

21.Inquérito Civil nº 3/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jayme Kives

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Erechim, de propriedade do Sr. Jayme Kives.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - RESOLUÇÃO 15/2009/PGJ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Erechim, de propriedade do Sr. Jayme Kives. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, homologado por este e. Conselho Superior em Reunião Ordinária realizada em 5 de outubro de 2017, bem como a instauração de Procedimento Administrativo para o acompanhamento do seu efetivo cumprimento, conforme artigo 39 da Resolução 15/2009/PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

22.Inquérito Civil nº 5/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Coelho Rocha

Assunto: Apurar se foi averbada a reserva legal na matrícula nº 16.065, referente ao imóvel rural Chácara Três Irmãos, de propriedade de Jorge Coelho Rocha.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE JURIDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL – INSCRIÇÃO NO CAR – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar se foi averbada a reserva legal na matrícula nº 16.064, referente ao imóvel rural “Chácara Três Irmãos”, de propriedade de Jorge Coelho Rocha. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, eis que, consoante Laudo de Vistoria consignado pelo DAEX, a propriedade rural não apresenta danos ambientais, além de ter sido inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR), desobrigando a averbação da área de reserva legal em sua matrícula (art. 18, § 4º do Código Florestal). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

23.Inquérito Civil nº 22/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Cesar de Souza

Assunto: Apurar a prática de abuso de poder econômico caracterizado pela demissão desmotivada de servidores públicos municipais de Paranhos/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA DEMISSÃO DESMOTIVADA DE SERVIDORES PÚBLICOS – DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Apurar suposta prática de abuso de poder econômico caracterizado pela demissão desmotivada de servidores públicos municipais de Paranhos. 2. Considerando que as informações prestadas pela Prefeitura de Paranhos não foram aptas a esclarecer o objeto deste procedimento, eis que silente acerca das demissões ocorridas no período eleitoral, a despeito do disposto no artigo 73, inciso V, da Lei 9.504/97, tem-se que a presente investigação ainda demanda o empreendimento de diligências. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento da diligência sugerida no voto da Relatora.

24.Inquérito Civil nº 18/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do loteamento inerente ao bairro Mendes Mourão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE EM LOTEAMENTO – AVERBADO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 6.766 DE 1979 – NÃO ABERTURA DE RUAS – IMPOSSIBILIDADE - JUSTO MOTIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade do loteamento inerente ao bairro Mendes Mourão. 2. As diligências empreendidas neste procedimento foram suficientes para elucidar e solucionar a questão, tendo sido constatado que o loteamento sob análise foi averbado pela Prefeitura de Coxim em 1964 (f. 139), não sendo passível a análise de sua adequação às regras estabelecidas na Lei Federal nº 6.766, vigente a partir de 1979, que disciplina o parcelamento do solo urbano. Além disso, vislumbra-se justo motivo para a não abertura das ruas Pinheiro Machado e Cuiabá, a despeito do requerido pelo denunciante, considerando a característica alagadiça da referida área (f. 121 e 166-171). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

25.Inquérito Civil nº 4/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual e Hermínia Alves de Almeida

Requerido: A apurar

Assunto: Visando averiguar as informações trazidas pela requerente no que se refere ao suposto aumento irregular do IPTU no município de Terenos sem observância do Regimento Interno da casa Legislativa, para o ano de 2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTO AUMENTO IRREGULAR DO VALOR DO IPTU NO MUNICÍPIO DE TERENOS — MATÉRIA TRIBUTÁRIA - IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INTERESSE INDIVIDUAL DISPONÍVEL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o suposto aumento irregular do IPTU no Município de Terenos sem observância do Regimento Interno da Casa Legislativa, para o ano de 2015. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, constatando-se a impossibilidade da atuação judicial do Ministério Público para impugnar, em benefícios dos contribuintes, a cobrança supostamente irregular de tributos, ante a natureza individual, divisível e disponível do interesse. Além disso, colhe-se que o d. Promotor de Justiça remeteu cópia dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, visando a análise e promoção de eventuais medidas quanto à inconstitucionalidade da Lei Municipal 23/2014, responsável pela majoração do tributo. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

26.Inquérito Civil nº 5/2016

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Francisco Assis de Oliveira

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar o péssimo estado de conservação das ruas desta cidade de Corumbá, que se encontram com o asfalto todo esburacado, bem como a denúncia de que serviço de reparo esteja sendo mal executado pela empresa contratada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE RUAS – SUPOSTA MÁ EXECUÇÃO DE CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS VIAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o péssimo estado de conservação das ruas de Corumbá, que se encontram com o asfalto todo esburacado, bem como a denúncia de que serviço de reparo esteja sendo mal executado pela empresa contratada. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constatando-se a inexistência de irregularidades nos processos licitatórios e na execução do serviço de manutenção das ruas do Município de Corumbá, consoante depoimento do Gerente de Obras Públicas do Município (f. 88-90) e o Relatório Técnico elaborado pelo DAEX (anexo III), aliado à justificativa Técnica do Contrato 31/2014 (f. 118-157). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

27.Inquérito Civil nº 17/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar irregularidade com relação ao registro imobiliário do núcleo urbano denominado “Nova Casa Verde”, nesta cidade de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADE EM REGISTRO IMOBILIÁRIO DE NÚCLEO URBANO — MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a irregularidade com relação ao registro imobiliário do núcleo urbano denominado “Nova Casa Verde”, nesta cidade de Nova Andradina. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer o objeto investigado, constatando-se a inocorrência de prática de ato de improbidade administrativa por parte da gestão municipal responsável pelo núcleo urbano “Nova Casa Verde”, a qual vem promovendo medidas para a melhoria dos serviços públicos e a regularização jurídica do distrito sob análise. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

28.Inquérito Civil nº 27/2013

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades e precariedade na infraestrutura do estabelecimento governamental do município de Douradina destinado ao acolhimento institucional ‘abrigo municipal’, o que viola os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta das crianças e adolescentes que ali se abrigam.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE E A INFRAESTRUTURA DE ABRIGO MUNICIPAL – POSTERIOR ADEQUAÇÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidade e precariedade na infraestrutura do estabelecimento governamental do Município de Douradina destinado ao acolhimento institucional “abrigo municipal”, o que viola os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta das crianças e adolescentes que ali se abrigam. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, eis que, após a intervenção do Parquet, o Poder Público promoveu a adequação estrutural do abrigo de Douradina, realizou a contratação de novos servidores e empreende medidas para a implantação do projeto “família acolhedora”, considerando, também, as ponderações do Corpo de Bombeiros Militar atestando que a estrutura física da Instituição atende às regras de segurança. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

29.Inquérito Civil nº 55/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul-FUNDESPORTE e o Sindicato dos Atletas Profissionais de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta irregularidade nos convênios realizados entre a Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e o Sindicato dos Atletas Profissionais de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE EM CONVÊNIOS – PROMOÇÃO DE AÇÃO DE COBRANÇA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta irregularidade nos convênios realizados entre a Fundação do Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e o Sindicato dos Atletas Profissionais de Mato Grosso do Sul. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, tendo em vista que a Administração Pública Municipal demonstrou ter ajuizado a Ação de Cobrança nº 0840471-90.2015.8.12.0001 em desfavor do Sindicato dos Atletas de Futebol de Mato Grosso do Sul, pleiteando o ressarcimento ao erário dos valores recebidos através do Convênio nº 15.983/25010. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

30.Notícia de Fato nº 01.2017.00005283-2 - RECURSO

Corregedoria-Geral do Ministério Público

Requerente: Carlos Leonardo de Souza Baggenstoss

Requerido: Membro do Ministério Público

Assunto: Apurar atuação de membro do Ministério Público quanto às manifestações em processo da área cível nº 0812033-88.2014.12.0001, conforme reclamação de uma das partes na contenda judicial.

Retirado de pauta a pedido da Relatora.

31.Inquérito Civil nº 06.2015.00000095-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bruno Jardim Arantes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado por queimada, decorrente da atividade de carvoejamento, atingindo 61 hectares de pastagens, na propriedade denominada Fazenda Garimpinho, de propriedade de Bruno Jardim Arantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CRIMES CONTRA A FLORA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual dano ambiental causado por queimada, decorrente da atividade de carvoejamento, atingindo 61 hectares de pastagens, na propriedade denominada Fazenda Garimpinho, de propriedade de Bruno Jardim Arantes. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, constatando-se a regularidade-jurídico ambiental do imóvel sob análise, com base em prova de sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no Relatório de Vistoria elaborado pela Polícia Ambiental Rural. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

32.Inquérito Civil nº 06.2015.00000232-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade dos procedimentos licitatórios, na modalidade de Pregão Presencial nº 43/2015 e nº 52/2015, que teve como finalidade selecionar empresa, pelo critério de menor preço, para ministrar diversos cursos, oficinas e palestras as pessoas atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Aparecida do Taboado, com fornecimento de material didático.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SUPOSTA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado apurar a regularidade dos procedimentos licitatórios, na modalidade de Pregão Presencial n.º 43/2015 e n.º 52/2015, que teve como finalidade selecionar empresa, pelo critério de menor preço, para ministrar diversos cursos, oficinas e palestras as pessoas atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Aparecida do Taboado, com fornecimento de material didático (f. 01/02). 2. As diligências realizadas foram suficientes para solucionar o objeto da presente investigação, eis que instaurado Inquérito Policial para apurar o encaminhamento de e-mails fraudulentos aos concorrentes da licitação, a propositura de Ação Penal em face da empresa vencedora que apresentou documento falsificado no procedimento licitatório e, mormente, ante ao encerramento do Contrato Administrativo e a ausência de dano ao erário. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

33.Inquérito Civil nº 06.2015.00000247-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M.M.O. Pesque e Pague Maria Mayumi Miyaki Ohara - ME

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de empreendimento dedicado à aquicultura, denominado "M.M.O. Pesque e Pague", localizado no município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - EMPREENDIMENTO DESTINADO À AQUICULTURA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - RESOLUÇÃO 15/2009/PGJ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental de empreendimento dedicado à aquicultura, denominado "M.M.O. Pesque e Pague", localizado no município de Ponta Porã. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências as apontadas nos artigos 33 a 43 da Resolução n. 15/2007/PGJ, bem como a instauração de Procedimento Administrativo para análise do seu efetivo cumprimento, conforme artigo 39 da Resolução 15/2009/PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

34.Inquérito Civil nº 06.2015.00000250-1

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Kátia Regina Facina Soares

Assunto: Apurar eventual assédio moral e discriminação de trabalhadores da Agência Estadual de Metrologia AEM.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL INOCORRÊNCIA – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual assédio moral e discriminação de trabalhadores da Agência Estadual de Metrologia AEM. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram aptas a esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constatando-se a insuficiência de elementos de convicção necessários para o manejo de ação de improbidade administrativa em desfavor de Katia Regina Facina Soares, ex-Diretora de Administração e Finanças, pela suposta prática de assédio moral contra seus subordinados. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

35.Inquérito Civil nº 06.2015.00000339-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no edital do procedimento licitatório n. 354/2015/DL/PMD, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de pontes de concreto pré-moldado em alguns locais do Município de Dourados, consistente na inserção de cláusulas restritivas à livre concorrência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADE NO EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – CLÁUSULAS RESTRITIVAS À LIVRE CONCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade no edital do procedimento licitatório n. 354/2015/DL/PMD, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de pontes de concreto pré-moldado em alguns locais do Município de Dourados, consistente na inserção de cláusulas restritivas à livre concorrência. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, tendo em vista que a Prefeitura Municipal atendeu a Recomendação do Parquet (f. 448-454), já que excluiu a cláusula que ofendia a ampla concorrência outrora constante no edital da Licitação nº 354/2015/DL/PMD (f. 789), republicando o edital e concedendo novo prazo para a habilitação dos concorrentes (f. 907), em atenção ao artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

36.Inquérito Civil nº 06.2015.00000349-9

27ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ofensa à liberdade religiosa e à garantia do Estado Laico no âmbito das Escolas Municipais de Campo Grande/MS - manifestação nº 9510032015-9 registrada na Ouvidoria do MPE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - OFENSA À LIBERDADE RELIGIOSA E A LAICIDADE DO ESTADO EM ESCOLAS MUNICIPAIS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para averiguar eventual ofensa à liberdade religiosa e à garantia do Estado Laico no âmbito das Escolas Municipais de Campo Grande/MS Manifestação nº 9510032015-9 registrada na Ouvidoria do MPE. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para investigar e solucionar o objeto deste procedimento, constando-se que, após a intervenção do Ministério Público, foram paralisadas as manifestações de cunho religioso nas unidades educacionais desta urbe, restando incólume, portanto, a garantia de laicidade do Estado e a liberdade religiosa dos educandos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

37.Inquérito Civil nº 06.2015.00000351-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na realização de empréstimos consignados no âmbito da Administração Municipal Batayporãense, em benefício de ex-servidores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A EX-SERVIDORES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para a apurar possível irregularidade na realização de empréstimos consignados no âmbito da Administração Municipal Batayporãense, em benefício de ex-servidores 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, eis que, após a exoneração dos servidores, os empréstimos realizados eram adimplidos mediante descontos mensais em conta corrente pessoal. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

38. Inquérito Civil nº 06.2016.00000048-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Restaurante da Lenir

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da atividade do “Restaurante da Lenir”, em razão da representação informando que o empreendimento produz poluição sonora, bem como infração administrativa consistente em bloqueio de rua e deposição de resíduo sólido em via pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - POLUIÇÃO SONORA E REGULARIDADE DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental da atividade do “Restaurante da Lenir”, em razão da representação informando que o empreendimento produz poluição sonora, bem como infração administrativa consistente em bloqueio de rua e deposição de resíduo sólido em via pública. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constando-se que o empreendimento atua de forma regular em sua atividade, possuindo licença ambiental, vistoria do Corpo de Bombeiros e alvará de funcionamento, bem como não executa música ao vivo ou amplificada e, também, não utiliza a calçada de forma irregular. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

39. Inquérito Civil nº 06.2016.00000058-4

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apur r

Assunto: Apurar suposto assédio moral praticado por Cláudia Regina Duarte Lima, ex-diretora da Escola Municipal Leovegildo de Melo, contra duas servidoras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SUPOSTO ASSÉDIO MORAL PRATICADO POR FUNCIONÁRIA PÚBLICA – MEDIDAS TOMADAS EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposto assédio moral praticado por Cláudia Regina Duarte Lima, ex-diretora da Escola Municipal Leovegildo de Melo, contra duas servidoras. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, eis que foram tomadas as medidas cabíveis em âmbito administrativo por intermédio da Sindicância nº 17.806/2015-14, que culminou na aplicação de pena de advertência à servidora, bem como o oferecimento de curso de capacitação na área de gestão de pessoas (f. 301-302). 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

40. Inquérito Civil nº 06.2016.00000089-5

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande e Concessionária CG Solurb Soluções Ambientais SPE Ltda.

Assunto: Apurar os motivos causadores do extravasamento da lagoa de detenção do chorume que atende o Aterro Sanitário Dom Antônio Barbosa II; verificar se as autoridades competentes vêm desenvolvendo medidas para impedir que novos extravasamentos ocorram, bem como investigar eventual ocorrência de dano ao meio ambiente decorrente do extravasamento ocorrido.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – POLUIÇÃO - EXTRAVASAMENTO DE LAGOA DE DETENÇÃO DE CHORUME - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar os motivos causadores do extravasamento da lagoa de detenção do chorume que atende o Aterro

Sanitário Dom Antônio Barbosa II; verificar se as autoridades competentes vêm desenvolvendo medidas para impedir que novos extravasamentos ocorram, bem como investigar eventual ocorrência de dano ao meio ambiente decorrente do extravasamento ocorrido. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para solucionar o objeto de investigação, tendo em vista que a concessionária responsável pelo Aterro Sanitário Dom Antônio Barbosa II promoveu medidas para sanar o extravasamento da lagoa de detenção de chorume, mormente ante a construção de nova lagoa de detenção, estação elevatória e rede de recalque (f. 171-188), aliado à ausência de danos ambientais no local, consoante Relatório Técnico acostado às f. 167-169 dos autos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

41.Inquérito Civil nº 06.2016.00000208-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, na Prefeitura Municipal de Campo Grande, referentes ao requerimento formulado pelo Sr. Alcides Jesus Peralta Bernal, sob nº 08001.007968/2014-12, itens 8 a 13.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – OBJETO ABRANGENTE – PREJUÍZO AS INVESTIGAÇÕES - INSTAURAÇÃO DE NOVOS INQUÉRITOS CIVIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, na Prefeitura Municipal de Campo Grande, referentes ao requerimento formulado pelo Sr. Alcides Jesus Peralta Bernal, sob nº 08001.007968/2014-12, itens 8 a 13. 2. Abstrai-se dos autos que inexistente justa causa para o prosseguimento do feito, já que a amplitude de seu objeto é apta a frustrar o êxito das investigações. Desse modo, a instauração de inquéritos civis para uma investigação individualizada das Unidades de Saúde, figura-se como uma decisão razoável e apta a proporcionar maior eficácia à atuação extrajudicial do Parquet. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

42.Inquérito Civil nº 06.2016.00000244-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de desmatamento de 26,4ha de vegetação nativa em área de bioma Mata Atlântica, na amplitude da "Fazenda Capim Mimoso", de propriedade do requerido, sem autorização do Órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual prática de desmatamento de 26,4ha de vegetação nativa em área de bioma Mata Atlântica, na amplitude da "Fazenda Capim Mimoso", de propriedade do requerido, sem autorização do Órgão ambiental competente. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, considerando o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o responsável pelo imóvel rural, eis que realizou os depósitos referente à obrigação de compensação pelos danos ambientais, por meio da doação do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, consoante comprovantes acostados às f. 369-372. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

43.Inquérito Civil nº 06.2016.00000262-7

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual insuficiência ou ausência na disponibilização de analgésicos de alta potência (morfina e congêneres) e medicamentos especiais para tratamento da saúde mental (notadamente Haloperidol 1 mg e 5 mg, Clorpromazina, suspensão 40 mg/ml e Levodopa 100x25mg), na rede pública de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULAR DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual insuficiência ou ausência na disponibilização de analgésicos de alta potência (morfina e congêneres) e medicamentos especiais para tratamento da saúde mental, notadamente Haloperidol 1 mg e 5 mg, Clorpromazina

suspensão 40 mg/ml e Levadopa 100x25mg, na rede pública de saúde. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar a presente problemática, constatando-se a regularidade na disponibilização dos fármacos objeto de investigação, com base nas informações constantes no Relatório de Vistoria consignado pelo Conselho Municipal de Saúde e informações consignadas pela Coordenadoria do SAMU. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

44.Inquérito Civil nº 06.2016.00000343-7

4ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS

Assunto: Verificar o cumprimento das normas para preservação de local de crime por parte dos profissionais de segurança pública que atuam na Comarca de Ponta Porã (MS), especialmente Policiais Militares, Cíveis, do Corpo de Bombeiros e órgão de perícia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SEGURANÇA PÚBLICA - CUMPRIMENTO DE NORMAS PARA PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME – RECOMENDAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Inquérito Civil instaurado para averiguar o cumprimento das normas para preservação de local de crime por parte dos profissionais de segurança pública que atuam na Comarca de Ponta Porã (MS), especialmente Policiais Militares, Cíveis, do Corpo de Bombeiros e órgão de perícia. 2. As diligências empreendidas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto de investigação, considerando a realização de reuniões, curso de capacitação e a expedição de Recomendação às autoridades de Segurança Pública daquela região, além da instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar a atividade e desenvolver projetos para sua melhoria. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

45.Inquérito Civil nº 06.2016.00000371-5

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Francisco Coimbra Pedra e Alcides Bernal

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na nomeação a cargo comissionado de Paulo Francisco Coimbra Pedra na Prefeitura Municipal de Campo Grande, contrariando, em tese, a Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - EX-PREFEITO MUNICIPAL - SUPOSTA NOMEAÇÃO IRREGULAR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO INSTAURADO PREVIAMENTE - IDENTIDADE DE OBJETOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa na nomeação a cargo comissionado de Paulo Francisco Coimbra Pedra na Prefeitura Municipal de Campo Grande, contrariando, em tese, a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). 2. A análise dos autos aponta a falta de justo motivo para a continuidade das investigações, haja vista a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2016.00000177-2, presidido pelo membro titular da 29ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, que investigou objeto idêntico ao ora analisado e fundamentou a Ação Civil Pública nº 0908115-16.2016.8.12.0001, julgada improcedente pelo Juízo da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos desta capital, decisão, inclusive, ratificada por Acórdão do TJMS. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

46.Inquérito Civil nº 06.2016.00000487-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sílvia Carlos Mella

Assunto: Apurar a regularidade da atividade de carvoejamento realizada na Fazenda Felicidade, localizada no município de Nova Andradina.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade da atividade de carvoejamento realizada na Fazenda Felicidade, localizada no município de Nova Andradina. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente

Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta, com a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

47.Inquérito Civil nº 06.2016.00000567-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da não nomeação de aprovados no concurso público para cargo de Auditor do TCE/MS, referente ao Edital de Abertura n. 02/2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NOMEAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE ACORDO COM O NÚMERO DE VAGAS DO EDITAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da não nomeação de aprovados no concurso público para cargo de Auditor do TCE/MS, referente ao Edital de Abertura n. 02/2013. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, constando-se a inexistência de prática de ato de improbidade administrativa por parte da Corte de Contas deste Estado, já que as 3 (três) vagas disponibilizadas para o cargo de Auditor, por meio do Edital nº 2/2013, foram preenchidas no decorrer do ano de 2014 pelos aprovados, em ordem de classificação, Leandro Lobo Ribeiro Pimentel, Célio Lima de Oliveira e Patrícia Sarmiento dos Santos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

48.Inquérito Civil nº 06.2016.00000830-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Kelly Roberta Mareco Acevedo

Assunto: Apurar infringência às normas de postura municipal e sanitárias relativas à limpeza e conservação de imóvel urbano, especialmente como meio preventivo das doenças causadas pelo vetor Aedes Aegypti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL URBANO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar infringência às normas de postura municipal e sanitárias relativas à limpeza e conservação de imóvel urbano, especialmente como meio preventivo das doenças causadas pelo vetor Aedes Aegypti. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, perdendo-se o objeto do presente procedimento, considerando o início de obras para a edificação de prédio no terreno investigado, o qual, por ser outrora baldio, supostamente oferecia riscos a proliferação do vetor Aedes Aegypti (f. 55-56). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

49.Inquérito Civil nº 06.2016.00000911-0

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade urbanística, consistente na obstrução das Ruas Castro Alves e Afonso Pena, tendo em vista supostas ocupações das vias públicas e construções irregulares, em Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE URBANÍSTICA - OBSTRUÇÃO DE RUAS – MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia indicativa de irregularidade urbanística, consistente na obstrução das Ruas Castro Alves e Afonso Pena, tendo em vista supostas ocupações das vias públicas e construções irregulares, em Dourados. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, considerando que, após a intervenção do Ministério Público Estadual, o Município, atuando em âmbito judicial, logrou êxito em reintegrar a posse (f. 258-262) e desobstruiu a área pública outrora ocupada irregularmente (f. 383), esvaindo-se, pois, o objeto deste procedimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

50.Inquérito Civil nº 06.2016.00000925-3

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na jornada de plantão dos servidores da AGEPEN/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PLANTÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades na jornada de plantão dos servidores da AGEPEN/MS. 2. As diligências empreendidas foram insuficientes para esclarecer e solucionar o objeto investigado, tornando-se inviável o arquivamento do feito com base apenas nas afirmações do Diretor-Presidente da AGEPEN e na decisão final de Sindicância realizada na autarquia, as quais se limitam a ponderar que os diretores das unidades prisionais vêm cumprido com o disposto na legislação pertinente (Decreto n 12.755/2009). 3. Além disso, no trâmite das investigações sobreveio denúncia apontando sobre a suposta paga de horas extraordinárias não laboradas, cujos valores eram, posteriormente, repassados à chefia imediata dos servidores. 3. Voto pela não homologação da presente promoção de arquivamento, determinando-se, ainda, com base no art. 120, inciso II da Resolução nº 3/2012/CSMP, a instauração de novo procedimento investigatório para apurar suposto esquema de pagamento indevido de horas extras.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da presente promoção de arquivamento e determinou, ainda, com base no art. 120, inciso II da Resolução nº 3/2012/CSMP, a instauração de novo procedimento investigatório para apurar suposto esquema de pagamento indevido de horas extras, nos termos do voto da Relatora.

51.Inquérito Civil nº 06.2016.00000929-7

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de situação fática relacionada ao baixo efetivo de policiais militares para o adequado exercício da atividade-fim com interposição das medidas cabíveis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR AS RAZÕES DO BAIXO EFETIVO DE POLICIAIS MILITARES PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ocorrência de situação fática relacionada ao baixo efetivo de policiais militares para o adequado exercício da atividade-fim com interposição das medidas cabíveis. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto de investigação, constando-se a inexistência de prática de ato de improbidade administrativa, tendo em vista que a Polícia Militar tem promovido medidas para ampliar o seu quadro de efetivo, mormente ante a convocação de aprovados no último concurso público (f. 77), a solicitação de abertura de novo concurso público para a incorporação de novos oficiais (f. 119) e a convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada para o serviço ativo (f. 121). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

52.Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000951-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão na execução do contrato de construção da UBSF Parati.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RECURSOS REPASSADOS PELA UNIÃO FEDERAL PARA CONSTRUÇÃO DE UBSF – COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual omissão na execução do contrato de construção da UBSF Parati. 2. Considerando que a existência de eventuais irregularidades implicaria da malversação de verbas públicas federais, tem-se que o órgão competente para investigar os fatos denunciados é o Ministério Público Federal, com supedâneo no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, daí porque, lhe dever ser declinada a atribuição. 3. Declínio de atribuição homologada.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela homologação do declínio de atribuição, nos termos do voto da Relatora.

53.Inquérito Civil: 06.2016.00001120-4

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pastelaria Tuca D'ouro Ltda - ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas na venda de produtos impróprios para o consumo em face da empresa Pastelaria Tuca D'ouro Ltda -ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - VENDA DE PRODUTOS IMPRÓPRIOS PARA O CONSUMO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades cometidas na venda de produtos impróprios para o consumo em face da empresa Pastelaria Tuca D'ouro Ltda -ME. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta que cumpre as exigências apontadas nos artigos 33 a 43 da Resolução n. 15/2007/PGJ, bem como instaurado o Procedimento Administrativo n. 09.2017.00002747-7 para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

54.Inquérito Civil nº 06.2016.00001187-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hotel Campo Grande Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida pelo Hotel Campo Grande, que mesmo interditado integralmente, estaria parcialmente em funcionamento.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NO FUNCIONAMENTO DE HOTEL - ADEQUAÇÃO APÓS A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade cometida pelo Hotel Campo Grande, que mesmo interditado integralmente, estaria parcialmente em funcionamento. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente procedimento, constatando-se a adequação e a desinterdição do empreendimento, consoante comunicações do Corpo de Bombeiros Militar. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

55. Inquérito Civil nº 06.2016.00001213-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: L. A. A.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade praticado, em tese, por L. A. A., uma vez que estaria usando indevidamente um veículo cedido a uma entidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, para fins particular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE - INOCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar ato de improbidade praticado, em tese, por L. A. A., uma vez que estaria usando indevidamente um veículo cedido a uma entidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, para fins particular. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Inquérito Civil, constatando-se a inconsistência da denúncia anônima que o ensejou, tendo em vista que, com base nas provas colhidas na Sindicância Administrativa realizada pela FUNESP (f. 41-63), o Requerido não utilizava indevidamente o automóvel pertencente à referida instituição. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

56.Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001475-6

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Condomínio Parque Residencial dos Flamingos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na desapropriação por utilidade pública de área pertencente ao Condomínio Flamingos, local onde funcionava uma creche particular.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA DESOPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARTICULAR - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual irregularidade na desapropriação por utilidade pública de área pertencente ao Condomínio Flamingos, local onde funcionava uma creche particular. 2. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer a problemática, eis que inexistiu irregularidade no ato expropriatório perpetrado pela Administração Municipal, já que este objetiva tão somente dar continuidade a atividade de interesse público desenvolvida na Creche Pré-Escola Flamingos, a qual atende há 30 anos os infantes da região. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

57.Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000076-6

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no monitoramento dos serviços de água e esgoto, limpeza urbana e transporte público coletivo de Campo Grande, realizado, em tese, pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados da Capital.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR IRREGULARIDADES EM SERVIÇO DE MONITORAMENTO INOCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventuais irregularidades no monitoramento dos serviços de água e esgoto, limpeza urbana e transporte público coletivo de Campo Grande, realizado, em tese, pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados da Capital. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Procedimento Preparatório, constatando-se que não foram empregados recursos públicos para a instalação do sistema de monitoramento dos serviços de transporte coletivo, de fornecimento de água e limpeza urbana, realizados pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados desta capital. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

58.Inquérito Civil nº 06.2017.00000090-0

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho, denominado "Laertão", localizado em Costa Rica, utilizado na competição desportiva promovida pela FFMS, precisamente o "Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Série A – Edição 2017".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A SEGURANÇA DO TORCEDOR – ESTÁDIO LAERTE PAES COELHO (LAERTÃO) - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho, denominado "Laertão", localizado em Costa Rica, utilizado na competição desportiva promovida pela FFMS, precisamente o "Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Série A – Edição 2017". 2. As diligências realizadas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, considerando o término do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol e a constatação de que os jogos realizados no Estádio "Laertão" ocorreram em datas em que detinham todos os Laudos necessários e válidos para tal desiderato. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

59.Inquérito Civil nº 06.2017.00000130-0

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP)

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente das condições de trabalho do serviço de atendimento do 190 da Polícia Militar, que estaria com número insuficiente de funcionários para atendimento à população.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - GACEP - APURAR SUPOSTA PRESTAÇÃO INSATISFATÓRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – ATENDIMENTO DO 190 DA POLÍCIA MILITAR - EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO INSTAURADO PREVIAMENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade decorrente das condições de trabalho do serviço de atendimento do 190 da Polícia Militar, que estaria com número insuficiente de funcionários para atendimento à população. 2. A análise dos autos aponta a falta de justo motivo para a continuidade das investigações, considerando a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2017.000015 88-1, presidido pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade

Policial, que investiga objeto que abrange o assunto deste procedimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

60.Inquérito Civil nº 06.2017.00000339-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cláuber José da Silva

Assunto: Apurar eventual poluição sonora provocada pela serralheria localizada na Rua Antônio João, nº 25, Camapuã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEL POLUIÇÃO SONORA PROVOCADA POR SERRALHERIA - INSTAURAÇÃO EM DUPLICIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual poluição sonora provocada pela serralheria localizada na Rua Antônio João, nº 25, Camapuã. 2. O arquivamento deste procedimento se justifica ante a existência de outro Inquérito Civil com o mesmo objeto de investigação. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

61.Procedimento Preparatório: 06.2017.00000350-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo na nomeação da Sra. Luzia Takazono como Secretária de Assistência Social.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - NEPOTISMOS NA NOMEAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar suposta prática de nepotismo na nomeação da Sra. Luzia Takazono como Secretária de Assistência Social. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente procedimento, tendo sido constatado que a Secretária Municipal de Assistência Social, além de conjugue do Prefeito Municipal, possui qualificação técnica para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, conforme documentos acostados aos autos, não havendo ofensa à Súmula Vinculante n. 13, conforme recente entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

62.Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000363-0

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade urbanística consistente na deficiência da sinalização viária da Rua Hayel Bon Faker decorrente de obras de recapeamento executadas pelo Poder Público.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - IRREGULARIDADES SANADAS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado apurar possível irregularidade urbanística consistente na deficiência da sinalização viária da Rua Hayel Bon Faker decorrente de obras de recapeamento executadas pelo Poder Público. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto de investigação, eis que as provas produzidas em seu bojo são uníssonas em apontar a regularização da sinalização viária da Rua Hayel Bon Faker (f. 13-15 e 20-23), acarretando, pois, a perda do objeto desta investigação. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

63.Inquérito Civil nº 06.2017.00000369-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande

Requerido: Alcides Jesus Peralta Bernal

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-Prefeito Alcides Bernal decorrente de contratação de empréstimo sem aprovação da Câmara Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EX-PREFEITO MUNICIPAL - SUPOSTA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO SEM APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO INSTAURADO PREVIAMENTE – IDENTIDADE DE OBJETOS -

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-Prefeito Alcides Bernal decorrente de contratação de empréstimo sem aprovação da Câmara Municipal de Campo Grande. 2. A análise dos autos aponta a falta de justo motivo para a continuidade das investigações, considerando a preexistência do Inquérito Civil nº 06.2016.00000107-2, presidido pelo membro titular da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, que investiga objeto idêntico ao ora analisado. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

64. Inquérito Civil nº 06.2017.00000422-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o dano ambiental informado por meio do Auto de Infração nº 23076, oriundo da Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APREENSÃO DE PESCADO APANHADO EM PERÍODO DEFESO – MEDIDAS TOMADAS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS E AMBIENTAIS – DANO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – ENUNCIADO Nº 3/2013 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o dano ambiental informado por meio do Auto de Infração nº 23076, oriundo da Polícia Militar Ambiental, lavrado em desfavor de Sócrates Heck, considerando o transporte de espécimes provenientes de pesca proibida. 2. O compulsar dos autos revela a ausência de justo motivo para a continuidade das investigações, considerando o menor potencial ofensivo do dano causado pelo Requerido, bem como a tomada de providências cabíveis por parte da autoridade policial e ambiental, razões porque, com base no Enunciado nº 3 de 2013, voto pela homologação da presente promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

65. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000448-4

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Faculdade Integradas de Ponta Porã – FIP/M AGSUL

Assunto: Investigar a observância da Lei Estadual n. 4.335/2013 que instituiu o código de segurança contra incêndio, pânico e outros riscos pelo Estabelecimento de Ensino Faculdades FIP/M AGSUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - SUPOSTA OFENSA AO CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO E OUTROS RISCOS - POSTERIOR REGULARIZAÇÃO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para investigar a observância da Lei Estadual n. 4.335/ 2013 que instituiu o código de segurança contra incêndio, pânico e outros riscos pelo Estabelecimento de Ensino Faculdades - FIP/M AGSUL. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para resolver e solucionar o objeto do procedimento em análise, constatando-se, com base no teor do Ofício nº 6/GAB/CMDO/SAT/4ºGBM (f. 14), que a instituição de ensino investigada (Faculdades Integradas de Ponta Porã - FIP/M AGSUL), sanou as irregularidades técnicas apontadas pelo Corpo de Bombeiros Militar em vistoria realizada no local. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

66. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000458-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Superintendência de Abastecimento Alimentar (SUALI)

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto descarregamento de merenda escolar da SUALI em Residencial de Campo Grande.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INOCORRÊNCIA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto descarregamento de merenda escolar da SUALI em Residencial de Campo Grande. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Procedimento Preparatório, constando-se a inexistência da prática de ato de improbidade administrativa por parte da servidora pública Jaliny Onori Lima, que exerceu a função de Técnica de Distribuição e Logística da Superintendência de Abastecimento Alimentar (SUALI). 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

67.Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000477-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desrespeito ao Estado Laico por parte do Centro de Especialidades Médicas

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTO DESRESPEITO AO ESTADO LAICO POR PARTE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado para apurar suposto desrespeito ao Estado Laico por parte do Centro de Especialidades Médicas. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, tendo sido constatada a retirada da imagem religiosa das dependências do Centro de Especialidades Médicas desta capital, consoante ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

68.Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000661-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Averiguar eventual ausência dos requisitos legais para ocupação de cargo comissionado, consoante Portaria de f. 01/02.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM NOMEAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual ausência dos requisitos legais para ocupação de cargo comissionado, consoante Portaria de f. 01/02. 2. As diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto deste procedimento, constando-se que o servidor público comissionado Evaldo Jorge Queiroz atende todos os requisitos necessários para o desempenho da função de "Chefe de Apoio Administrativo Demutran", consoante a documentação obtida junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Aparecida do Taboado Municipal (f. 23-38).

3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

69.Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000936-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Teltronic Brasil Ltda.

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na adesão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Ata de Registro de Preços nº 28/2016 do Estado da Paraíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - IMPROBIDADE – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE EM ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016 DO ESTADO DA PARAÍBA – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventual irregularidade na adesão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Ata de Registro de Preços nº 28/2016 do Estado da Paraíba. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para resolver e solucionar o objeto deste procedimento, constatando-se a inconsistência da denúncia formulada pela empresa Teltronic, pois, cotejando as informações e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Justiça (f. 22-29 e 975-1360), bem como o teor do Acórdão exarado pelo Tribunal de Contas da União sobre o caso em análise (f. 1569-1580), não se vislumbram irregularidades perpetradas pela Poder Executivo Estadual. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

70.Inquérito Civil nº 06.2017.00000943-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de rochedo

Assunto: Apurar possível irregularidade no provimento do cargo de Psicólogo no Município de Rochedo, supostamente caracterizador de nepotismo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - NEPOTISMO - POSTERIOR RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível irregularidade no provimento do cargo de Psicólogo no Município de Rochedo, supostamente caracterizador de nepotismo. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente procedimento, pois, após a recomendação expedida pelo Órgão Executor, o contrato de prestação de serviços firmado com Geovanny Theodoro da Conceição foi rescindido pela administração. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000174-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade dos repasses previdenciários em favor do

Instituto de Previdência Municipal de Aparecida do Taboado, no período entre 2013/2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APARECIDA DO TABOADO - IRREGULARIDADE NOS REPASSES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificou-se que foram celebrados os Termos de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, bem como constatou-se que o recolhimento das contribuições previdenciárias está sendo repassado regularmente, sem atraso, até o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador da contribuição e as parcelas dos acordos estão sendo repassadas mensalmente ao Instituto. Ausência de elementos que demonstrem a ocorrência de atos que se enquadrem nas hipóteses previstas na Lei de Improbidade Administrativa. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000738-8

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade apontada pelo Relatório de Fiscalização n. V01019, da Controladoria Geral da União, quanto à utilização de recursos destinados ao Programa de Assistência Farmacêutica em despesas não relacionadas à área de saúde Pregão Presencial 60/2012.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIMENTO DE VERBAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 109, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ENUNCIADO 16/2017 DO CSMP - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. Compulsando os autos, denota-se que trata de malversação de verba pública federal, portanto é alçada da Justiça Federal a sua apuração. Interesse inequívoco da União. Inteligência do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal. Aplicação do Enunciado nº 16/2017 do Conselho Superior do Ministério Público. Declínio de atribuição. Retorno dos autos à origem.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento e pela homologação do declínio de atribuição, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda a remessa dos autos originais ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001492-3

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: David Chadid Warpechowski

Assunto: Apurar suposto desvio de função por parte de servidores públicos lotados na Central de Manutenção Odontológica, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde Pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE - CENTRO DE MANUTENÇÃO ODONTOLÓGICA - SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO COMPROVADO - HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. Restou demonstrado que a criação e implantação do serviço, diversamente do noticiado na representação, não decorreu de critérios pessoais, mas de recomendação após Auditoria realizada pelo SUS. Ausência de provas de eventual beneficiamento de determinadas pessoas em escalas de plantão. Margem de discricionariedade do administrador. Sindicância instaurada pela SESA não verificou problemas

em escalas de plantão. Ausência de elementos que configurem ato de improbidade administrativa. Vota-se pela homologação de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000170-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela servidora F. R., no cumprimento de sua jornada de trabalho na Unidade de Pronto Atendimento Coronel Antonino.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DENÚNCIA ANÔNIMA - AUSENTES ELEMENTOS MÍNIMOS QUE DEMONSTREM VEROSSIMILHANÇA DA NOTÍCIA - HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO - ENUNCIADO 14 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Tendo em vista que após a adoção das diligências necessárias pelo Parquet, não foi possível extrair elementos mínimos para subsidiar novas diligências, em especial uma vez que a pessoa denunciada na representação anônima não foi encontrada no quadro de servidores da UPA Coronel Antonino ou mesmo no banco de dados ERGON da Secretaria Municipal de Saúde. Ausentes elementos mínimos acerca do fato narrado anonimamente e de seu possível autor(a). Enunciado 14 deste Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000276-4

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Francisco da Silva

Assunto: Apurar eventual duplicidade de assento de nascimento de Gilberto Francisco da Silva.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DUPLICIDADE DE ASSENTO DE NASCIMENTO EM CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - ENCAMINHAMENTO DO REQUERIDO À DEFENSORIA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CABÍVEL - ARQUIVAMENTO. Verificou-se que houve o devido encaminhamento do requerido à Defensoria Pública para ajuizamento da competente ação para sanar a questão. Inexistência de lesão aos interesses difusos, coletivos e/ou individuais homogêneos que legitimem a atuação do órgão de execução ministerial. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000494-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça - Segab

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possível irregularidade no processo de contratação da empresa Solar Distribuição e Transmissão S/A pelo município de Campo Grande para a aquisição e instalação de luminárias de LED para o serviço de iluminação.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED EM CAMPO GRANDE - DUPLICIDADE DE OBJETOS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA JÁ PROPOSTA POR OUTRO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO - ARQUIVAMENTO. Verificou-se que a questão tutelada nos presentes autos já é objeto de Ação Civil Pública, proposta pela 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, pleiteando, em suma, a declaração de nulidade do contrato administrativo celebrado entre o Município e a empresa Solar Distribuidora e Transmissão S/A. Inexiste motivo para a manutenção de dois procedimentos com o mesmo objeto, ocasionando, por consequência, duas movimentações da máquina pública. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000709-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na concessão de diárias ao Vereador Nelo José da Silva atual Presidente da Câmara Municipal de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE DIÁRIAS À VEREADORES - REPRESENTAÇÃO

ANÔNIMA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO VIGENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que as diárias pagas ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaíba estavam de acordo com a legislação vigente, portanto não comprovado prejuízo ao erário público capaz de ensejar ato de improbidade administrativa por parte do Poder Executivo Municipal. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000826-9

Promotoria de Justiça da do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação para contratação da empresa Tribuna do MS Notícias Ltda. EIRELI pela Câmara

Municipal de Bandeirantes/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR IRREGULARIDADE EM DISPENSA DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 - OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos, que não houve irregularidades na dispensa de licitação realizada pela Câmara Municipal de Bandeirantes para contratação da empresa Tribuna do MS Notícias Ltda, pois encontra-se de acordo o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Portanto, falta justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001104-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o arquivamento da representação sobre a cobrança indevida de tributo pelo município de Corumbá em desfavor de participantes do processo licitatório n. 28.106/2014, cujo fato gerador não teria sido aperfeiçoado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CORUMBÁ - DIREITO CONSTITUCIONAL - MATÉRIA TRIBUTÁRIA - COBRANÇA INDEVIDA DE TRIBUTO PELO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - ILEGITIMIDADE ATIVA “AD CAUSAM” DO MINISTÉRIO PÚBLICO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 7.347/85 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que o Ministério Público não possui legitimidade ativa para, em Ação Civil Pública, deduzir pretensão relativa à matéria tributária, de acordo com o disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 7.347/85. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001060-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucas Trindade Majela

Assunto: Apurar eventual desvio de conduta na atuação funcional do Orientador Social do Município de Rochedo, Lucas Trindade Majela, inclusive possível descumprimento da carga horária de seu cargo.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DESVIO DE CONDUTA E DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR MUNICIPAL - DENÚNCIAS ANÔNIMAS - INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA - ENUNCIADO 14 DO CSMP/MS – ARQUIVAMENTO. Denúncias anônimas desacompanhadas de elementos probatórios mínimos que indicassem a verossimilhança dos fatos narrados. Enunciado 14 deste E. Conselho Superior do Ministério Público. Inexistência de quaisquer reclamações ou denúncias de munícipes sobre a conduta adotada pelo requerido tampouco do suposto descumprimento de sua carga horária, conforme apontado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Prefeitura de Rochedo. Constatado, mediante folhas de frequência colacionadas ao procedimento, que o respectivo servidor encontra-se cumprindo devidamente seu horário de trabalho. Homologação do Arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 6/2013

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira/MS

Assunto: Apurar a regularidade das condições sanitárias dos estabelecimentos hospitalares e de prestação de serviços de saúde do município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SAÚDE – OBJETO – APURAR REGULARIDADE DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – TAC FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO — PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC, com posterior instauração de Procedimento Administrativo, visando a fiscalizar o cumprimento integral do referido Termo de Ajustamento de Conduta. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 7/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Porto Murtinho

Requeridas: José Afonso Dias Palmejani, Luiz Aldi Campos Nunes e Rodrigo Henrique Dannemann

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal em área de preservação permanente na fazenda Barreiro Novo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – OBJETO – APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – TAC FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO — PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC, com posterior instauração de Procedimento Administrativo, visando a fiscalizar o cumprimento integral do referido Termo de Ajustamento de Conduta. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 6/2017 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastian Ferreira Vilalba

Assunto: Apurar o desvio de verbas públicas nas transações efetuadas com créditos consignados firmados entre a Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna - MS e entidades financeiras e os atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 5/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Del Magro

Assunto: Apurar eventual supressão (desmatamento), corte raso de 10,510 ha de vegetação nativa, sem autorização do órgão competente, na fazenda Arancuã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – OBJETO – APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – TAC FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO — PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC, com posterior instauração de Procedimento Administrativo, visando a fiscalizar o cumprimento integral do referido Termo de Ajustamento de Conduta. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 2/2007

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jean Rommy de Oliveira

Assunto: Apurar eventual destruição das áreas de reserva legal e de preservação permanente, em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente, vez que o gado estaria pisoteando às margens dos cursos de água, causando erosão e supressão da vegetação ciliar, contribuindo assim para o assoreamento dos cursos de água, bem como para averiguação da existência e regularização de área de reserva legal na propriedade do Sr. Jean Rommy de Oliveira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – OBJETO – APURAR DANO AMBIENTAL –

IRREGULARIDADES SUBSISTEM – PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA — PERDA PARCIAL DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIALMENTE HOMOLOGADA. Constatou-se que algumas das irregularidades ambientais ainda persistiram, conforme laudo de vistoria realizado pela Polícia Militar Ambiental. Verificou-se que o Projeto de Recuperação de Área Degradada não foi cumprido integralmente. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Constatação de que o proprietário não realizou todas as providências ajustadas. Ajuizamento de Ação Civil Pública Ambiental. Conclui-se pela perda parcial do objeto do presente inquérito civil. Entendimento dos artigos 26 e 22, § 13º, ambos da Resolução nº 015/2007-PGJ e a Recomendação nº 002/2011-PGJ. Enunciado 17, do Conselho Superior deste MP/MS. Vota-se pela parcial homologação de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação parcial do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

18. Inquérito Civil nº 24/REM/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Beatris Tormena Fabris Gradela e Elisabete Tormena Fabris Albuquerque

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COLHER ADESÃO AO PROJETO TOURO-TARUMÃ – VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE RESERVA LEGAL – PARTE DA FAZENDA GAÚCHA - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – TAC FIRMADO NOS AUTOS – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – PERDA DO OBJETO - NÃO COMPROVADA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CAR/MS – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 29, §3º DO CÓDIGO FLORESTAL - ENUNCIADO Nº 10/2017 CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

19. Inquérito Civil nº 17/2005

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental devido o tratamento de esgoto do município de Bandeirantes estar sendo operacionalizado sem os devidos licenciamentos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – OBJETO – APURAR POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DE INADEQUADO TRATAMENTO DE ESGOTO – TAC FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC, com posterior instauração de Procedimento Administrativo, visando a fiscalizar o cumprimento integral do referido Termo de Ajustamento de Conduta. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

20. Inquérito Civil nº 44/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá, Câmara Municipal de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa no Município de Corumbá com irregular prestação de contas ao TCE/MS e falta de análise e julgamento regular pela Câmara de Vereadores de Corumbá/MS das contas do ano de 2010/2011.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CORUMBÁ – PARECER FAVORÁVEL DO TCE/MS E CÂMARA DE VEREADORES – IRREGULARIDADES NÃO IDENTIFICADAS — PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que, após as investigações, não foram encontradas irregularidades que justificassem a continuidade de diligências ou propositura de ação civil pública ou celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Restou comprovada a regularidade do balanço de contas dos anos de 2010 e 2011, com parecer favorável do Tribunal de Contas. Balanço de contas anual analisado e julgado favoravelmente pela Câmara de Vereadores. Vota-se pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

21. Inquérito Civil nº 10/2015

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos veículos utilizados no transporte escolar do município de Rochedo/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EDUCAÇÃO – AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR – RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS – PERDA DE OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a frota de veículos utilizados no transporte escolar no município de Rochedo/MS foi renovada, viabilizando o adequado transporte dos estudantes. Recomendação ministerial atendida. Perda de objeto. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

22. Inquérito Civil nº 11/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Juti/MS

Assunto: Apurar a inexistência do sistema de controle interno, previsto no artigo 74 da Constituição Federal, no município de Juti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A INEXISTÊNCIA DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, CONSOANTE ARTIGO 74 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - MUNICÍPIO DE JUTI – TAC CELEBRADO NOS AUTOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS MOLDES DO ART 39, DA RESOLUÇÃO 15/2007-PGJ — PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC. Determinou-se a instauração de Procedimento Administrativo com vistas a fiscalizar o integral cumprimento do TAC. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

23. Inquérito Civil nº 36/2014

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Executivo Municipal em relação à elaboração do Plano de Transporte e Mobilidade Urbana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM RELAÇÃO À ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA – AUSÊNCIA DE DOLO DO AGENTE POLÍTICO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

24. Inquérito Civil nº 28/2013

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Rodrigo Pereira

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na obra de manutenção do asfalto na avenida das Bandeiras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM OBRA DE MANUTENÇÃO DE ASFALTO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA – FORÇA TAREFA OPERAÇÃO LAMA ASFÁLTICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que embora tenham sido constatadas diversas irregularidades na referida obra, com o fim de se obter enriquecimento ilícito, prejudicar o erário público e desrespeitar princípios administrativos, a força-tarefa montada pela Procuradoria-Geral de Justiça já ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, com objeto que engloba as ilegalidades aqui apuradas. Perda de objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

25. Inquérito Civil nº 29/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Paulo Reichardt Neto e outro

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Racho Lindo, localizado no município de Aral Moreira/MS - Projeto Rio Amambai.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – OBJETO – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL – TAC FIRMADO – CLÁUSULAS INTEGRALMENTE CUMPRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC e integral cumprimento de suas cláusulas. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

26. Inquérito Civil nº 17/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Colorado Agropecuária Ltda. e José Pereira de Souza Martins

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da utilização de uma pista de pouso de aeronaves destinadas à aplicação de agrotóxicos, sem a devida licença ambiental competente e próximo à área de preservação permanente, na fazenda São Joaquim, localizada nesta Comarca.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – OBJETO – APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE UMA PISTA DE POUSO DE AERONAVES – TAC FIRMADO – CLÁUSULAS INTEGRALMENTE CUMPRIDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC e integral cumprimento de suas cláusulas. Arquivamento homologado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

27. Inquérito Civil nº 4/2005

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Altino Corrêa de Moraes

Assunto: Apurar eventual destruição da nascente do córrego Cabeceira Comprida, bem como das áreas de reserva legal e de preservação permanente, em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente, vez que o gado estaria pisoteando as margens do Córrego, causando prejuízos à nascente e ainda teria havido supressão da vegetação, ocasionando erosões e o assoreamento do córrego.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE -- APURAR IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS – TAC CELEBRADO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ – ENUNCIADOS 09 E 10 DO CSMP/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo com vistas a acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Observância dos Enunciados nº 09 e 10 deste Conselho Superior do Ministério Público. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

28. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001312-8

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar eventual ofensa ao direito fundamental do cidadão à saúde, em razão de possível ausência de profissionais essenciais à composição da equipe Estratégia Saúde da Família, conforme estabelecido no Plano Nacional de Atenção Básica, bem como do Hospital Municipal de Inocência

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE - MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA - NÃO VERIFICADO - OBSERVÂNCIA DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. Verificou-se que tanto o Hospital e Maternidade Municipal, quanto as Unidades Estratégia Saúde da Família de Inocência continham os profissionais necessários ao atendimento da comunidade, conforme determinado pela Portaria 2.488/2011. Cada equipe multiprofissional existente é responsável por 1.916 pessoas, número menor do que o recomendado pelo Ministério da Saúde. Suposta sobrejornada das Equipes de Estratégia Saúde

da Família não constatadas. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

29. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001365-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Paranaíba em disponibilizar vagas para cumprimento da medida de segurança aplicada à Clarisse Santos no CAPS I do Município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - OMISSÃO DO MUNICÍPIO EM DISPONIBILIZAR VAGA PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA - IRREGULARIDADE SANADA - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS QUE CONFIGUREM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - QUESTÃO AFETA À ÁREA AMBIENTAL E URBANÍSTICA – ARQUIVAMENTO. Após a adoção das diligências necessárias, verificou-se que o problema foi devidamente sanado, com o retorno do acompanhamento da mesma pelo Centro de Atenção Psicossocial, conforme comprovado mediante os prontuários médicos encaminhados. Inexistência de elementos que demonstrem a prática de ato de improbidade administrativa do gestor público. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO HELTON FONSECA BERNARDES:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000378-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes de supostas irregularidades apontadas no Relatório de Transição do Governo de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DO ATUAL GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O ARQUIVAMENTO - O OBJETO DO IC É GENÉRICO -DESMEMBRAMENTO DO IC - CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES NO PRESENTE IC COM ALTERAÇÃO DO OBJETO E A INSTAURAÇÃO DE OUTROS 14 PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS - PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL - APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIO DOS ART. 43 DO NCPC E 80 DO CPP - COMPENSAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO - DEIXO DE HOMOLOGAR A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Diante da ausência de elementos para o arquivamento do IC, resta impossibilitada a promoção de arquivamento; 2. Considerando que o objeto de investigação do Inquérito é genérico e narra diversas irregularidades, delibero pelo Desmembramento do IC, alterando o seu objeto para a irregularidade constatada em primeiro plano, determinando-se a instauração de outros 14 procedimentos específicos; 3. Considerando que o desmembramento não altera a competência ou a atribuição, é prudente que as investigações continuem na respectiva Promotoria, a teor da aplicação subsidiária do art. 80 do CPP e 43 do NCPC. 4. Determino que seja feita comunicação à Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas de Campo Grande, para que haja compensação na distribuição de novos procedimentos. 5. Voto pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do art. 26, §5º, da Resolução nº 015/2007 – PGJ e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 4/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Caarapó

Requerente: Inez dos Santos Silva

Requeridos: Município de Juti e o Prefeito Municipal de Juti/MS

Assunto: Apurar e solucionar eventuais irregularidades quanto a realização do processo seletivo simplificado realizado em 2012, posteriormente ao concurso público de 2010, do município de Juti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR E SOLUCIONAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES QUANTO A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE JUTI EM 2012 – IRREGULARIDADES SANADAS – O MUNICÍPIO DE JUTI REALIZOU NOVO CONCURSO E EXONEROU OS CONTRATADOS – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC E DA RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que as irregularidades que ensejaram a instauração do presente procedimento restaram sanadas; 2.

Considerando que o Município de Juti realizou novo concurso, homologou o certame, efetivou as nomeações e exonerou os contratos, cumprindo integralmente as cláusulas do TAC. 3. Considerando que o Município acatou a Recomendação expedida pela 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, uma vez que anulou o contrato administrativo realizado com dispensa de licitação; 4. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 26/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerentes: Ministério Público Estadual e Luiz Roberto Roque

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental diante de depósito irregular de resíduos sólidos na estrada da Serra do Pindaivão, especificamente após 200 (duzentos) metros da entrada da Rodovia BR 163.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DIANTE DE DEPÓSITO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO REALIZOU A LIMPEZA DO LOCAL E INSTALOU PLACAS PARA EVITAR QUE OS MORADORES JOGUEM LIXO – O IC Nº 12/2015 APURA A QUESTÃO DE DESPEJO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MANEIRA AMPLA – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que o Município realiza a limpeza constante do local e instalou placas, com o objetivo de evitar o acúmulo de resíduos no local; 2. Considerando que o IC 12/2015, em trâmite na Promotoria de Justiça, apura a questão de despejo irregular de resíduos sólidos de maneira mais ampla; 3. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 32/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade consistente na nomeação da servidora Renata Alves Allegretti para o cargo de Assessor-Executivo I, símbolo DCA-1, na Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, uma vez que as nomeações para cargo em comissão, conforme Decreto nº 12.528, de 6 de janeiro de 2015, seriam feitas somente mediante substituição.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NA NOMEAÇÃO DA SERVIDORA RENATA ALVES ALLEGRETTI PARA O CARGO DE ASSESSOR EXECUTIVO I – A PROMOTORIA DE JUSTIÇA EXPEDIU RECOMENDAÇÃO PARA QUE O PREFEITO MUNICIPAL REGULARIZASSE A SITUAÇÃO DA SERVIDORA – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE ACATOU A RECOMENDAÇÃO – SERVIDORA EXONERADA – A IRREGULARIDADE RESTOU SANADA – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que a 29ª Promotoria de Justiça de Campo Grande expediu Recomendação para que o Prefeito Municipal de Campo Grande regularizasse a situação da servidora Renata Alves Allegretti; 2. Considerando que a Prefeitura Municipal de Campo Grande acatou a Recomendação; 3. Considerando que a servidora foi exonerada, sanando a irregularidade que ensejou a instauração do presente procedimento; 4. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 16/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Corumbá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SE HÁ FALTA DE PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSUMOS NA UBSF CORUMBÁ – AS IRREGULARIDADES CONSTATADAS NA UBSF VILA CORUMBÁ RESTARAM SANADAS – O PRÉDIO PASSOU POR REFORMA – A UBSF POSSUI OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO E EQUIPE COMPLETA – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que as irregularidades constatadas na UBSF Vila Corumbá restaram sanadas; 2. Considerando que o prédio da UBSF foi reformado, apresentando boa estrutura e atendimento aos pacientes do SUS; 3. Considerando que a UBSF possui os materiais necessários à prestação dos serviços de saúde e que a equipe de saúde da família encontra-se completa, conforme constatado na vistoria realizada pela Promotora de Justiça, Dra. Daniela Cristina Guiotti; 4. Voto pela

homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 7/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades na utilização de máquinas e veículos da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIO E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA – MAQUINÁRIO UTILIZADO ORIUNDO DO PAC2 – A RECUPERAÇÃO DA ESTRADA DEU-SE EM RAZÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO E ESCOAMENTO DE PRODUTOS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que o maquinário da Prefeitura utilizado no cascalhamento é oriundo do Programa de Aceleração de Crescimento 2- PAC2, cujo objetivo é a promoção da agricultura familiar e reforma agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais no município de Guia Lopes da Laguna; 2. Considerando que a recuperação da estrada no interior da Fazenda Forquilha deu-se em razão do transporte público escolar, bem como para o escoamento da produção naquela região; 3. Considerando que foram esgotadas todas as diligências sem restar demonstrada a lesão ou ameaça ao interesse transindividual; 4. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 40/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventual abandono de veículos e ambulâncias oficiais do Poder Público Municipal, bem como a ausência de manutenção e utilização de tais veículos, obstando a regular e devida prestação de serviço público destinado à saúde, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ABANDONO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS OFICIAIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E A AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO – A IRREGULARIDADE QUE ENSEJOU A INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO NÃO SE CONFIRMOU – O MUNICÍPIO DE COXIM POSSUI UMA FROTA DE 36 VEÍCULOS EM ATIVIDADE – 08 AUTOMÓVEIS AGUARDANDO O PROCESSO LICITATÓRIO DE LEILÃO PÚBLICO – 06 AUTOMÓVEIS AGUARDANDO CONserto – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que a irregularidade que ensejou a instauração do presente procedimento não se confirmou; 2. Considerando o Município de Coxim possui uma frota com 36 veículos em atividade, um carro foi batido, 08 automóveis aguardam o processo licitatório de leilão público e os outros 06 encontram-se inativos em decorrência de defeitos, mas aguardam conserto; 3. Considerando que não houve abandono dos veículos por parte da administração pública 4. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 2/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos Yassuo Okama

Assunto: Apurar eventual dano ambiental cometido, em tese, por Marcos Yassuo Okama, consistente na supressão vegetal irregular, sem licença do órgão ambiental competente, na fazenda Santa Amélia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO-AMBIENTE – SITUAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL DO IMÓVEL E ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS DA ÁREA DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE – INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – AUSÊNCIA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – NECESSIDADE DE TAC – ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP-MS – DEIXO DE HOMOLOGAR A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que a apresentação do CAR e PRADA não geram o arquivamento do procedimento nos casos em que for constatada a existência de dano ambiental, uma vez que o Enunciado deste E. Conselho Superior estabelece a necessidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Considerando a inexistência de TAC, o presente julgamento deve ser convertido em diligência para que a Promotoria de Justiça de origem firme Termo de Ajustamento de Conduta e instaure Procedimento Administrativo para o seu acompanhamento ou aguarde o cumprimento do PRADA; 3. Voto pela

não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do art. 26, §5º, da Resolução nº 015/2007 – PGJ, determinado a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 29/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerentes: Breno Fernandes Teixeira, Jefferson Doretto de Souza, Marcelo Bertoni e Silvio Roberto Rocca

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar irregularidades na emissão de vouchers do atrativo Gruta do Lago Azul da Prefeitura Municipal de Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NA EMISSÃO DE VOUCHER DO ATRATIVO GRUTA DO LAGO AZUL – PREFEITURA DE BONITO – REGRAS APLICADAS A TODAS AS AGÊNCIAS DE TURISMO – IRREGULARIDADE NÃO CONFIRMADA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA QUESTÕES PARALELAS AO OBJETO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que apesar de demonstrar descontentamento com o sistema de emissão de voucher, verifica-se que o Sr. Breno Fernandes Teixeira não indicou quaisquer irregularidades concretas em tal mecanismo; 2. Considerando que não restou confirmada qualquer irregularidade no sistema, e muito menos privilégio a qualquer agência de turismo neste processo, uma vez que a regra é aplicada igualmente a todas as elas; 3. Considerando que o Promotor de origem devidamente instaurou Procedimento Preparatório e Notícia de Fato referentes às supostas lesões a interesses difusos e coletivos constatadas nos autos que não fazem parte do objeto do presente Inquérito Civil; 4. Considerando que foram esgotadas todas as diligências sem restar demonstrada a lesão ou ameaça ao interesse transindividual; 5. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 5/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Instituição de abrigo Lar da Criança Amor e Fraternidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA INSTITUIÇÃO DE ABRIGAMENTO LAR DA CRIANÇA AMOR E FRATERNIDADE – PROCEDIMENTO JUDICIAL COM O MESMO OBJETO – AUTOS Nº 0001624-36.2013.8.12.0029 – PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADE – AUSÊNCIA DE INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Considerando que os fatos investigados no presente procedimento são objeto do procedimento de apuração de irregularidades em Entidades de Atendimento (autos nº 0001624-36.2013.8.12.0029), instaurado pelo juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Naviraí; 2. Considerando a ausência de interesse no prosseguimento das investigações, 3. Voto pela homologação da Promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 21 de março de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 01/2018 - ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul comunica que, referente ao Ofício Circular nº 01/2018/ESMP-MS, que trata do preenchimento de vagas para participação do I SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL, a ser realizado na Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid - Espanha, no período de 28/5 a 1º/6/2018, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, sem ônus para a Administração Superior, foram deferidas as inscrições dos seguintes membros: Antonio André David Medeiros, Anthony Állison Brandão Santos, Fernanda Proença de Azambuja, Jaceguara Dantas da Silva, Sergio Fernando R. Harfouche.

Comunica, ainda, que os inscritos deverão proceder ao pagamento da taxa de inscrição até o dia 23/3/2018, mediante depósito na conta bancária abaixo indicada, remetendo o comprovante respectivo para o *email*: esmp-eventos@mpsp.mp.br.

Conta para depósito
Banco do Brasil (001)
Agência: 5905-6
C/C: 8192-2
Favorecido: Associação Paulista do Ministério Público
CNPJ: 61.278.818./0001-65

Campo Grande/MS, 21 de março de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

AVISO Nº 071/2018 RETIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos abaixo relacionados no item 2.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito - GED, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

1.1 BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
27.03.2018	9h	OKSANA TAMYRIS CANÇADO DE OLIVEIRA	62
27.03.2018	9h	LUMA ALVES FARINA	73
27.03.2018	9h30min	ISADORA OLIVEIRA PANIAGO	75
27.03.2018	9h30min	MARIANA BATISTA NUNES DA CUNHA	77
27.03.2018	10h	VALQUIRIA ANGELO DA SILVA	83
27.03.2018	10h	PRISCILLA CAROLINE MUTA	91

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino em Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas no Anexo VIII <u>(não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidões de inexistência de antecedentes criminais (Que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 15 do Edital) emitidas pela: - Justiça Federal - Justiça Estadual - Polícia Federal - Polícia Estadual
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
6.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
7.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
10.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
11.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
12.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).
13.	Diploma de Bacharel em Direito.

Campo Grande, 21 de março de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Homologado o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2018 - SRP** - Processo n.º PGJ/10/0306/2018.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante, café e chá), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Valdir Silva Júnior – ME para o item 1 (R\$2,36); Youssif Amim Youssif - EPP para os itens 2 (R\$2,05) e 4 (R\$2,93) e Eficaz Logística Comércio de Produtos de Limpeza e Descartáveis Eireli - ME para o item 3 (R\$8,54).

Justificativa: Registro de Preços tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 21 de março de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**EDITAL Nº 014/2018 - PJ - COSTA RICA/MS.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Costa Rica, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

CONVOCA a candidata abaixo listada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Costa Rica, homologado em 12 de maio de 2016, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Fabiana Alves de Souza	19º

INDEFERE a admissão como estagiário do candidato abaixo relacionado, aprovado no referido Processo Seletivo, por ter concluído o curso de ensino superior, conforme prevê o art. 2º, II da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item 2 do Edital Conjunto nº 002/PJCR/2016 – Administrativo, de 18 de março de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1246, de 28 de março de 2016:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Paulo Humberto Almeida Silva	18º

Costa Rica - MS, 20 de março de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

1º- Promotor de Justiça

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

2º - Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000013 DE 20.03.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0949/2018.**

Credor: DELTACHIP COMERCIAL LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 32/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 06/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de scanner, com as seguintes características técnicas: compatível com os Sistemas Operacionais Windows XP (32-bit / 64-bit), Windows Server 2008 (32-bit / 64-bit), Windows 7 (32-bit / 64-bit), Windows Server 2012 (32-bit / 64-bit) e Windows 8 (32-bit / 64-bit) e Linux; Alimentador automático de documentos com capacidade para 50 folhas ou superior; Tipo de digitalização: simplex e duplex (frente e verso numa única passagem); Sensor de Imagem: CCD Colorido; Detecção de alimentação múltipla; Tamanho do documento: deverá suportar documentos no tamanho 216 x 355 mm ou superior no alimentador automático; Velocidade de digitalização de 60 páginas por minuto ou superior no formato simplex e de 100 páginas por minuto ou superior no formato duplex. Volume diário para 4.000 folhas ou superior; Resolução ótica mínima: 600 X 600 dpi; Softwares necessários inclusos de reconhecimento de caracteres (OCR), em português e com suporte integral para língua portuguesa (reconhecimento de caracteres especiais como ç, ã, õ, etc.); Software de tratamento de imagens com funções básicas (ajuste de tonalidades, brilho, contraste, etc.). O software deve gerar imagens do tipo TIFF, JPEG, RTF e PDF, sendo este último pesquisável. Todos compatíveis com o Windows XP ou Superior. O OCR deve reconhecer textos sobrescritos, subscritos e letras maiúsculas; Os resultados do reconhecimento podem ser enviados para outro aplicativo (por exemplo, MS WORD, MS EXCEL) sem salvá-los. no disco, ou salvos nos formatos TXT, DOC, XLS, RTF e HTML (incluindo a utilização de CSS - Cascading Style Sheets); Suporte drive TWAIN e ISIS; Opção de interface USB 2.0 ou superior, com cabos inclusos; Tensão de alimentação automática de 110/220V AC. Acessórios que devem acompanhar o produto: Bandeja de entrada; Cabo de força; Cabo USB; DVD-ROM de instalação; Fonte de alimentação, manuais e documentação, em português ou inglês. Garantia mínima de 12 (doze) meses do tipo “on-site”. Marca: FUJITSU FI-7160 (item 1).

Valor: R\$12.204,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000013, de 20.03.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE001228 DE 20.03.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0974/2018.

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de água mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL (item 1 – lote I).

Valor: R\$4.011,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001228 de 20.03.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE001234 DE 20.03.2018 - PROCESSO PGJ/10/0990/2018.

Credor: JF LOGÍSTICA E SERVIÇOS - EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Locação de veículo de passageiros sem motorista com ar condicionado, movido a gasolina ou álcool com potência mínima de 1000 cc e 50 cv, com capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul): CORSA, GOL, PÁLIO, UNO ou similar. Obs: locação mensal para 4 (quatro) veículos.

Valor: R\$74.400,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001234, de 20.03.2018. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2017 do Pregão Eletrônico nº 021/2017 – Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça em exercício, Humberto de Matos Brittes e a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, representada por sua Diretora de Fiscalização, Simone Sanches Freire.

Processo: PGJ/10/3684/2017.

Objeto: Constituem o objeto do presente acordo em especial no que diz respeito à garantia de atendimento e observância das coberturas legais e contratuais para assegurar a assistência à saúde por planos privados.

Amparo Legal: Lei 8.666/93(e alterações) e Decreto nº 93.872/83.

Vigência: 12.03.2018 a 12.03.2020.

Data da assinatura: 12 de março de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2018/30PJ/CGR**

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000874-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007 e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o "Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social" ;

CONSIDERANDO que a Recomendação "constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público";

CONSIDERANDO que por imposição contida no art. 37, caput, da Carta Maior da República, e no art. 25, caput, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve obrigatoriamente pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que foi instaurado no âmbito desta 30ª Promotoria de Justiça o Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000874-0, tendo por objeto apurar eventual descumprimento da 'Lei da Ficha Limpa' em decorrência da nomeação de VANILDO NEVES BARBOSA para o exercício de cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Estadual;

CONSIDERANDO que no aludido procedimento foi verificado que a pessoa de VANILDO NEVES BARBOSA foi nomeada pelo Governador do Estado para o exercício de cargo em comissão de Direção Superior e Assessoramento, símbolo DGA-1, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, através do Decreto "P" nº 254, de 5 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.597, de 19/02/2018;

CONSIDERANDO que no curso do Procedimento Preparatório foi juntada cópia da decisão proferida nos autos de Representação Eleitoral nº 0000312-84.2012.8.12.0010, pelo Juízo Eleitoral da 10ª Zona Eleitoral de Aquidauana/MS, que em outubro de 2012 condenou a pessoa de VANILDO NEVES BARBOSA, na época ocupante de mandato de Vice-prefeito, a pena de cassação do registro de candidatura e inelegibilidade por oito anos, isto pela prática de abuso de poder de autoridade (conduta vedada a agentes públicos em período de campanha eleitoral);

CONSIDERANDO que a condenação restou confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral de MS através do Acórdão nº 7.676, de 19/11/2012, vindo a transitar em julgado em 30/05/2014, quando da negativa de seguimento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 0000312-84.2012.8.12.0010, conforme voto da Ministra Laurita Vaz, do Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO que a condenação por abuso de poder de autoridade, transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado judicial, é causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "j", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 ("Lei da Ficha Limpa");

CONSIDERANDO que a Constituição de Mato Grosso do Sul, em seu art. 27, § 9º-A, veda a nomeação para cargo (efetivo e em comissão) ou emprego público, bem como a designação para função de confiança, de pessoa que esteja em situação de inelegibilidade em razão de condenação ou punição de qualquer natureza, na forma da Lei Complementar nº 64/90, durante o prazo de duração do impedimento;

CONSIDERANDO que a nomeação de VANILDO NEVES BARBOSA, que está inelegível até 2020, para o exercício de cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Estadual, viola a previsão contida na Constituição Estadual e, por consequência, o princípio constitucional da legalidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 11, da Lei n. 8.429/92, pode caracterizar-se como ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que atente contra os princípios da Administração Pública, dentre os quais o da legalidade; e

CONSIDERANDO que eventual responsabilização por ato de improbidade administrativa decorrente da violação de princípios está condicionada a demonstração do dolo (ainda que genérico) do gestor, servindo a presente Recomendação de orientação e, também, de balizador de eventual elemento subjetivo;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que:

I - Com base do poder de autotutela administrativa, adotem de forma imediata providências voltadas a revogação da nomeação da pessoa de VANILDO NEVES BARBOSA para o exercício de cargo em comissão de Direção Superior e Assessoramento, símbolo DGA-1, no âmbito da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, objeto do Decreto "P" nº 254, de 5 de fevereiro de 2018, posto que em desacordo com a norma contida no art. 27, §9º-A, da Constituição Estadual combinada com o art. 1º, inciso I, alínea "j", da Lei Complementar nº 64/90 ("Lei da Ficha Limpa"); e

II – Para a aferição das condições de inelegibilidade, que adotem medidas administrativas voltadas a exigência, previamente ao ato de nomeação ou posse, da apresentação das certidões de ações cíveis, criminais e eleitorais dos respectivos nomeados ou empossados, em atendimento ao contido no § 10, do art. 27, da Constituição Estadual, no âmbito de toda a Administração Pública Estadual, direta ou indireta.

Solicita-se que esta Promotoria de Justiça seja oficialmente informada, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o acatamento da Recomendação, com a discriminação das providências adotadas, em caso positivo, estando a eventual adoção das medidas judiciais cabíveis justificada em caso de manutenção da situação fática em tela.

Por fim, DETERMINO as seguintes providências:

- 1) Encaminhe-se o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, através de Ofício a ser remetido via PGJ, para conhecimento e providência nos termos alhures;
- 2) Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Senhor Vanildo Neves Barbosa, para conhecimento;
- 3) Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, através de Ofício a ser remetido via PGJ, para conhecimento e a adoção medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;
- 4) Remeta-se, ainda, cópia do expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade; e
- 5) Encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007/PGJ-MS.

Campo Grande, MS, 19 de março de 2018.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000776-3
Requerente: SIGILOSO
Requerido: SIGILOSO
Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 19 de março de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0024/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000766-3
Requerente: SIGILOSO
Requerido: SIGILOSO
Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 19 de março de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI
Promotor de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 13/03/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai e o senhor Ahmed Salum, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda União (município de Amambai), referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 07/2015, disponível para consulta do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS, localizada na Avenida Pedro Manvailer, nº 4601, Centro, Cep: 79.990-000, Telefone (67) 3481- 2477.

Amambai/MS, 19 de março de 2018.

LUIZ EDUARDO SANT'ANNA PINHEIRO
Promotor de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 004/2018/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2017.00002315-9, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2017.00002315-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: “Apurar irregularidade no processo licitatório nº 134/2017, na modalidade tomada de preço nº 003/2017, em desacordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, bem como os atos de improbidade administrativa daí decorrentes”.

Camapuã - MS, 20 de março de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N. 005/2018/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00000773-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00000773-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa HWR e Município de Camapuã-MS.

Assunto: “Apurar eventual irregularidade na contratação em duplicidade da empresa HWR, em período idêntico, para que prestasse serviços semelhantes ao Município de Camapuã-MS”.

Camapuã - MS, 20 de março de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça Substituto

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000853-0.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Araldo Rodrigues Alonso.

Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental no lote 1015, localizado no assentamento Teijin, distrito de Nova Casa Verde.

Nova Andradina, 20 de março de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 012/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva nº 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000831-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Benedito Aparecido Buzetti.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Dulce, oriundo de procedimento de Inquérito Civil nº 003-S/2013-PJMA.

Paranaíba, 15 de março de 2018.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0025/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000544-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.ms.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000544-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Larangeira Mendes S/A

Assunto: Apurar irregularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Santa Virgínia, bem como investigar a ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento ilegal de árvores nativas

Ponta Porã/MS, 21 de março de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça